

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E
NARRATIVAS**

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E IMPRENSA:

Revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar.

MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

SÃO LUÍS
2018

MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E IMPRENSA:

Revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

SÃO LUÍS
2018

Cunha, Manoel Afonso Ferreira.

História, Historiografia e Imprensa: revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar. / Manoel Afonso Ferreira Cunha. – São Luís, 2018.

119 f.

Dissertação (Mestrado) – História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

1. João Goulart. 2. Imprensa. 3. Ensino de História. 4. Maranhão. I. Título

CDU 37.091.33:070(81)

MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E IMPRENSA:

Revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (Orientadora)
(PPGHEN/UEMA)

Prof. Dr. Leandro Antonio de Almeida (Arguidor)
(PPGH/UFRB)

Prof. Dra. Marcelo Cheche Galves (Arguidor)
(PPGHEN/UEMA)

Prof. Dr. José Henrique de Paula Borralho (Arguidor)
(PPGHEN/UEMA)
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

A vida é feita de etapas e neste momento uma delas se encerra. Nenhum de nós caminha sumariamente sozinho na vida. As conquistas sempre estarão ligadas àqueles que seguem essa jornada ao seu lado. Portanto, aproveito o ensejo para expressar minha gratidão para com aquelas pessoas que participaram desse estágio comigo.

Meus mais sinceros e carinhosos agradecimentos a todos que contribuíram no meu crescimento intelectual e humano. Família, namorada, amigos, colegas, professores e companheiros de estrada, muito obrigado sempre e sempre!

Aos meus pais, Manuel Magalhães Cunha e Terezinha de Jesus Ferreira, e as minhas irmãs, Ana Karoline Ferreira Cunha e Ana Vitória Ferreira Cunha, que não mediram esforços, dentro de suas possibilidades, para me colocarem no lugar onde estou. O eterno sacrifício está sendo recompensado agora. Amo todos vocês!

Ao meu amor, amiga e companheira em todos os momentos de alegria e tristeza, muito obrigada por me dar seu amor, estar ao meu lado sempre e permitir que eu faça parte de sua vida. Sara Vitória, te amo muito!

Aos meus professores dos tempos de escola, graduação e pós-graduação, por fazerem parte da minha formação profissional, mas que em vários momentos estabeleceram um papel de conselheiros não somente sobre a História, mas também sobre a vida. Um destaque especial aos professores Marcelo Cheche Galves e Leandro Antonio de Almeida, que foram primordiais para o êxito de tal pesquisa. Estendo a todos vocês minha gratidão.

A minha orientadora Monica Piccolo Almeida Chaves, uma pessoa maravilhosa que me fez perceber a real essência do que é ser um profissional extremamente dedicado aos seus objetivos, representando muitas vezes uma referência de companheirismo, atenção, conselho e amizade. Sem você tudo isso seria muito mais difícil acontecer. Muito obrigado por tudo!

Aos grandes amigos que se juntaram a mim ao longo das diferentes fases da minha vida: Aluísio, Rômulo, Dayson, Caetano, Vinícius, Jorge, Felipe, João, Samuel, Marcos, Wallas, Catatau, Jefferson, Amanda, Kelma, Fernanda, Asieli, Josimar, Neanderson, Antonio e Dena. Tudo seria muito mais difícil se não tivesse em algum momento a palavra amiga de conselho, atenção e afeto de todos. Vocês fazem parte dessa História. Obrigado por tudo!

Aos companheiros de graduação e pós-graduação que estiveram todo esse tempo ao meu lado trocando experiência, conhecimento, dinheiro, gargalhadas. Sem vocês tudo seria mais chato.

Aos meus colegas de trabalho nas escolas Milenium e Ebenézer. Vocês sempre foram extremamente compreensíveis com as minhas necessidades e puderam colaborar permitindo que eu me ausentasse por alguns momentos para que esse trabalho se concretizasse. Muito obrigado!

“Não é a história que usa o homem para realizar seus fins, ao contrário, ela nada mais é do que a atividade do homem que persegue seus fins” (Karl Marx).

RESUMO

A seguinte pesquisa nasce de uma inquietação representada pelo fato de que o conteúdo relativo ao governo João Goulart existente nos livros didáticos é reproduzido de maneira bastante reduzida. Aliado a isso, têm-se ainda o reducionismo do processo de ensino-aprendizagem nas escolas, restrito apenas ao livro didático. Diante desse panorama, foi possível identificar um grande distanciamento entre a atualidade das discussões desenvolvidas sobre a História Contemporânea do Brasil dentro das universidades e aquilo transmitido nas salas de aula do Ensino Básico. Portanto, tal trabalho converge no sentido de unir essas duas lacunas ainda abertas, com o propósito de promover uma reconfiguração da prática pedagógica a partir da elaboração de uma proposta que alie Ensino de História e utilização dos jornais como instrumento de auxílio para professores e alunos em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História, João Goulart, Imprensa.

ABSTRACT

Abstract: The following research comes up from a concern about the fact that the content regarding João Goulart's government on teaching books is poorly reproduced. Besides, there is also the reductionism in teaching-learning process in schools, restricted to teaching books. Before this panorama, it was possible to identify how far are discussions about Contemporaneous Brazil's History inside Universities and what is transmitted in Elementary Education classrooms. Therefore, such work converges in a way to fill up those two open gaps, with the purpose of promoting a reconfiguration of the pedagogic practice from elaboration of a proposal that puts together History Education and the use of newspapers as tools to help teachers and students in classrooms.

Keywords: Teaching of History, João Goulart, Press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Imagem 1 – Capa do livro História Volume 3: Editora Saraiva..... | 59 |
| Imagem 2 – Foto do Colégio Liceu Maranhense..... | 61 |
| Imagem 3 – Capa da unidade do livro História Volume 3..... | 61 |
| Imagem 4 – Capa do capítulo 12 do livro História Vol.3..... | 62 |
| Imagem 5 – Seção “Imagens contam a História” do livro História Vol.3..... | 62 |
| Imagem 6 – Seção “Outra dimensão” do livro História Vol.3..... | 63 |
| Imagem 7 – Seção “Conversa com o historiador” do livro História..... | 63 |
| Imagem 8 – Seção “Investigando o documento” do livro História..... | 64 |
| Imagem 9 – Seção “Roteiro de estudos” do livro História Vol.3..... | 64 |
| Imagem 10 – Foto da Escola Modelo..... | 65 |
| Imagem 11 – Capa do livro História das cavernas ao terceiro milênio..... | 66 |
| Imagem 12 – Página inicial do capítulo do livro História das cavernas ao terceiro milênio..... | 66 |
| Imagem 13 – Seção “Texto complementar” do livro História das cavernas ao terceiro milênio..... | 67 |
| Imagem 14 – Capa do livro Conexões com a História..... | 69 |
| Imagem 15 – Foto do colégio CEJOL..... | 69 |
| Imagem 16 – Capa do capítulo do livro Conexões com a História..... | 70 |
| Imagem 17 – Seção sobre populismo do livro Conexões com a História..... | 70 |
| Imagem 18 – Seção sobre populismo do livro Conexões com a História..... | 72 |
| Imagem 19 - Seção sobre Democracia e Ditadura do livro Conexões com a História...73 | |

LISTA DE SIGLAS

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
CEDEC – Centro de Estudos da Cultura Contemporânea.
CEGEL – Centro de Ensino Governador Edison Lobão.
CEJOL – Centro de Ensino João Francisco Lisboa.
CGT – Central Geral dos Trabalhadores.
EJA – Educação de Jovens e Adultos.
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.
ESG – Escola Superior de Guerra.
FMP – Frente de Mobilização Popular.
FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação.
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático.
PSD – Partido Social Democrático.
PSP – Partido Social Progressista.
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.
PUC – Pontifícia Universidade Católica.
SEB – Secretária da Educação Básica.
UDN – União Democrática Nacional.
UNE – União Nacional dos Estudantes.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| CAPÍTULO 1 - O GOVERNO JOÃO GOULART E A EXPERIÊNCIA NACIONAL- ESTATISTA BRASILEIRA..... | 20 |
| 1.1. A Experiência Nacional-Estatista: Populismo ou Trabalhismo?..... | 21 |
| 1.2. Governo João Goulart e o Golpe de 1964: a historiografia sobre o tema..... | 27 |
| 1.3. A dinâmica política maranhense em tempos de trabalhismo..... | 38 |
| | |
| CAPÍTULO 2 - OS JORNAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA NO MARANHÃO: OS PERIÓDICOS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA..... | 45 |
| 2.1. O livro didático de História: fonte histórica e ferramenta pedagógica..... | 46 |
| 2.2. Mídia impressa e Ensino de História: novas ferramentas pedagógicas..... | 48 |
| 2.3. Governo João Goulart e Educação Básica: o Ensino de História na Rede Estadual do Maranhão..... | 57 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 75 |
| REFERÊNCIAS..... | 77 |

INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa nasce de uma inquietação presente desde os tempos de estudante das aulas de História na Educação Básica. Tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, os conteúdos ministrados por todos os professores eram trabalhados a partir das tradicionais aulas expositivas, tendo apenas os livros didáticos como recurso pedagógico de transmissão de conteúdo para os discentes. Diante desse panorama, levando em consideração o conhecimento acumulado de estudante de graduação em História, foi possível identificar um grande distanciamento entre a atualidade das discussões desenvolvidas sobre a História Contemporânea do Brasil dentro das universidades e aquilo transmitido nas salas de aula do Ensino Básico.

Simultaneamente, pôde-se notar a ausência de outras ferramentas pedagógicas utilizadas pelos professores de história nas escolas. Portanto, tal trabalho converge no sentido de promover uma reconfiguração da prática pedagógica a partir da elaboração de uma proposta pedagógica que congregue uma ampliação dos olhares sobre o governo João Goulart dialogando com o uso dos jornais, constituindo este uma nova alternativa de recurso didático para o tema.

Os periódicos que serão objetos de análise são o *Jornal Pequeno e o jornal O Imparcial e o Jornal do Dia*¹. Estes materiais estão acondicionados na Biblioteca Pública Benedito Leite, centro de São Luís, e a instituição permite livre acesso aos arquivos que se encontram na sua grande maioria em bom estado de conservação.

A escolha desses noticiários se deve também por conta do objetivo secundário da pesquisa que é justamente expor para os estudantes da educação básica de que forma a imprensa maranhense reverberou os fatos relativos à temática trabalhada. Isto se deve ao fato de que a maioria dos livros didáticos adota uma postura hegemônica de exposição dos episódios sob a ótica do eixo sul-sudeste. Em vista disso, utilizaremos os jornais locais com o propósito de romper com essa prática.

O emprego dos jornais nesta pesquisa está atrelado a uma das principais opções teóricas que sustentam tal trabalho. Na leitura Antonio Gramsci², os jornais estão

¹ A escolha desses jornais se justifica pelo fato deles terem sido utilizados anteriormente no trabalho de conclusão do curso de graduação em História, portanto, os arquivos em sua grande maioria já estavam mapeados. Segunda razão se dá por conta da atual representatividade destes mesmos jornais nos dias de hoje, tendo em vista que outros importantes jornais em circulação à época deixaram de existir e alguns deles não possuíam exemplares relativos às datas mais significativas referentes ao governo João Goulart.

² Filósofo e militante político do Partido Comunista Italiano, o sardo Antonio Gramsci nasceu em 22 de janeiro na cidade de Ales (Cagliari, Sardenha), filho de Francesco e Giuseppina Marcias, quarto de sete filhos (Gennaro, Grazietta, Emma, Antonio, Mario, Teresina, Carlo). Dedicou sua vida ao jornalismo,

inseridos no campo dos meios de comunicação e se constituem aparelhos privados de hegemonia, ou seja, a imprensa se constitui espaço de luta ideológica no campo da sociedade civil e se torna arena de exercício da hegemonia estabelecida pelas classes dominantes. Neste sentido, faz-se necessário transmitir aos alunos a importância que os jornais tiveram ao se apresentarem como sujeitos históricos ativos no contexto político da época, questão pouco pertinente nos livros didáticos.

Na linha de pensamento convergente no sentido de atribuir à imprensa um caráter especial nos embates relacionados aos diversos projetos políticos e ideológicos de classe temos Francisco Weffort. Para este, é possível pensar os jornais enquanto partidos de opinião, pois existe uma similaridade de comportamento entre a imprensa e as legendas partidárias, ou seja, ambos são difusores e formadores de opinião, como afirma o autor:

As páginas editoriais dos jornais continuam sendo o espaço nobre dos jornais e a opinião flui de modo explícito ou não, em todo o noticiário. Se os partidos são de opinião e os jornais também são de opinião, nada de surpreendente se este às vezes se comportar como aqueles. (WEFFORT, 1984, p. 37).

A partir disso, é importante refletir sobre o protagonismo dos meios de comunicação na construção de consenso nas sociedades capitalistas. Isto é, os periódicos assumem a função de partidos políticos, que na perspectiva teórica de Gramsci, supera a função de legenda eleitoral, passando a se tornar elemento organizador da vontade coletiva em torno de um projeto político-ideológico elaborado por uma classe ou por uma coalizão de classes que visam controlar o Estado.

Diante disso, o centro de análise deste trabalho é a elaboração de uma proposta pedagógica que auxilie no processo de ensino-aprendizagem sobre governo João Goulart. O foco principal desta estratégia didática é justamente trazer para o ambiente da sala de aula outra ferramenta de ensino além do livro, que no caso do presente trabalho serão os principais jornais maranhenses em circulação naquele momento.

Necessário salientar que o emprego da imprensa como fonte histórica se dava de maneira apenas secundária e como recurso para confirmação de análises pautadas em outras documentações. Utilizar-se de periódicos impressos tem benefícios para a produção historiográfica, pois estes, enquanto objetos de estudo, são instrumentos de intervenção social, além de ser um espaço de embates ideológicos.

literatura e política apresentando como base teórica o marxismo. Gramsci é reconhecido, especialmente, por sua teoria da hegemonia cultural.

Tânia Regina de Luca (2008) afirma que o papel desempenhado pelos jornais em qualquer tempo histórico, mas especialmente em períodos de regime autoritário, apresenta ressonância nas preocupações contemporâneas. Portanto, ela defende que seja feita uma melhor historicização das fontes impressas, em especial dos jornais, e para isso se requer:

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas como fontes históricas. (DE LUCA, 2008, p.139)

O Ensino de História tem sua perspectiva ampliada a partir do momento em que existe a percepção de que a sala de aula é um espaço de compartilhamento de experiências individuais e coletivas, de relação dos sujeitos com diferentes saberes envolvidos na produção do saber escolar (SCHIMIDT, p.299, 2005). Ao recuperar a vivência pessoal e coletiva de alunos e professores, notá-los como participante da realidade histórica, contribui-se para a construção de uma consciência histórica. Ao oferecer uma "função prática" de dar identidade aos sujeitos, a consciência histórica garante uma dimensão temporal à realidade que em os alunos estão inseridos.

Desta maneira, o propósito de tal trabalho tem relação com o importante debate acerca de como a História, sob a perspectiva de matéria escolar, ainda apresenta grande distanciamento entre o conhecimento histórico produzido na academia (ciência histórica), através de pesquisa científica, e os seus "resultados" difundidos nos sistemas de ensino da Educação Básica. Isto nos leva problematizar o fato de que dentro do ofício de historiador, um dos traços e tarefas mais importantes é a sua atuação como professor de História (OLIVEIRA, 2013).

Neste sentido, o acesso à historiografia sobre a temática que aqui será investigada é resultado da positiva experiência como bolsista PIBIC (2013-2015) da FAPEMA com o plano de trabalho intitulado Publicizando Informações: organização e análise do acervo documental do jornal O Estado do Maranhão (1964-1984) como parte do projeto Organização, Indexação, Informatização e Publicização do acervo documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-2002), sob coordenação da Prof^a Dr^a Monica Piccolo Almeida.

Durante o trabalho nesse projeto a relação com os jornais impressos se tornou mais próxima no sentido de que o exercício de digitalizar as imagens, mapeá-las e inseri-las em um banco de dados disponível gratuitamente na internet³ facilitou a aprendizagem e o manuseio destas fontes. As experiências adquiridas através de tal pesquisa como fomentaram as bases de utilização dos exemplares dos jornais *O Imparcial*, *Jornal do Dia* e *Jornal Pequeno* dentro do produto atual. Sendo assim, a presente proposta de pesquisa objetiva justamente aproveitar essas digitalizações dos jornais impressos maranhenses e utilizá-las como arcabouço documental para a elaboração de uma proposta pedagógica que possa ser utilizada nas escolas de ensino básico da rede pública do Estado do Maranhão.

Dessa forma, buscamos por meio do Programa de Mestrado Profissional em História da Universidade Estadual do Maranhão, através da linha de pesquisa Historiografia e Linguagens, construir uma proposta pedagógica que auxilie no conhecimento histórico escolar sobre de que forma a imprensa escrita maranhense interpretaram os principais fatos e notícias referentes à crise institucional do governo Jango.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental para a disciplina de História apresentam alguns objetivos importantes para se relacionar com a perspectiva democrática de construção da cidadania dos alunos:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas (PCN, 1998, p. 7).

Tais propósitos são condizentes com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, que apresenta como um dos objetivos finais da Educação, o preparo para o exercício da cidadania (art. 2º), que também aponta como princípios basilares o respeito à liberdade e o apreço à tolerância (art. 3º inciso IV).

No primeiro capítulo do trabalho se tem o propósito de estabelecer um debate conceitual acerca da experiência nacional-estatista no Brasil. Esse esforço se justifica pela necessidade de compreendermos a conjuntura política pela qual o Brasil estava inserido na metade do século XX. Após isso, será feita uma discussão historiográfica

³Para consultar o banco de dados, acessar o endereço eletrônico: www.nupehicbd.net.

sobre o governo João Goulart e o golpe de 1964, dois eventos que não podem ser compreendidos de forma dissociada pela análise histórica.

Quando fazemos referência ao rompimento do processo democrático na década de 1960 se faz menção a toda crise política que marcou o país no período de 1961 a 1964, recorte temporal adotado por tal pesquisa e que representa o período em que João Goulart estava na Presidência da República. Feito isso, a pesquisa se debruçará em analisar a dinâmica política maranhense durante os anos 1940, 1950 e 1960, momento marcado pelo auge da experiência trabalhista (nacional-estatista) dentro do país. Este esforço é pontual para compreendermos a conjuntura local em associação com a política no âmbito da esfera federal, processo que facilitará a compreensão e análise dos jornais locais.

Por fim, traremos a análise do material didático utilizado na educação básica, focando especificamente no conteúdo relativo ao período “populista”, o governo João Goulart e o golpe de 1964, conteúdos que são lecionados de forma uma dentro dos materiais didáticos de História. Este exercício se faz extremamente necessário como forma de identificarmos os avanços e retrocessos que estas ferramentas apresentam em relação aos debates conceituais e historiográficos existentes atualmente dentro da academia, espaço de produção científica histórica.

O segundo capítulo será destinado ao exame do papel da mídia impressa sob dois aspectos: primeiro como fonte histórica; e depois como recurso didático no Ensino de História. O processo de integração das mídias em sala de aula, e particularmente da mídia impressa jornalística, exprime um recurso pedagógico facilitador da criação, expressão e atuação política daqueles discentes. Sendo assim, dentro desse espaço de trabalho, enfocaremos no processo de análise dos *jornais Jornal do Dia, O Imparcial e Jornal Pequeno* no intento de estabelecermos uma caracterização desses periódicos no propósito de melhor apresentarmos as fontes utilizadas na pesquisa, assim como sua relação com o Ensino de História.

No capítulo final, ao levarmos em consideração as discussões previamente estabelecidas sobre a historiografia do tema, assim como a análise de material didático utilizado para o ensino de tal conteúdo na educação básica, bem como a reflexão sobre Ensino de História, e também sobre o papel dos jornais impressos neste processo, adentraremos na proposta principal do trabalho: a proposta pedagógica.

Busca-se nesse momento da pesquisa investigar como os jornais impressos se constituem importante fonte a ser trabalhada com os alunos do Ensino Médio. Existe

real possibilidade de construção de uma aprendizagem histórica a partir das matérias jornalísticas, enfatizando a necessidade do professor de História em estabelecer mecanismos que propiciem ao aluno o desenvolvimento da capacidade de se tornar agente do conhecimento histórico.

A elaboração de tal sugestão, direcionada ao professor de Ensino Básico, será estabelecida mediante reflexão de âmbito teórico-metodológico no sentido de aperfeiçoar o processo de construção do conhecimento histórico sob a luz das mídias impressas. Logo, estará disponível para a sociedade, e especialmente para a comunidade escolar, uma rica ferramenta pedagógica de ensino para os professores de História que ministrarão aula sobre a temática do governo João Goulart e do golpe de 1964.

Além disso, tal proposta pedagógica tem a intenção de fazer que os alunos despertem o interesse por outras formas de compreensão dos acontecimentos históricos trabalhados em sala de aula. Trazer fontes históricas (periódicos) para a realidade escolar ensejará a produção de uma análise crítica do estudante acerca de sua realidade a partir de outro tipo de linguagem que não seja a já tradicional dos materiais didáticos.

CAPÍTULO 1 - O GOVERNO JOÃO GOULART E A EXPERIÊNCIA NACIONAL-ESTATISTA BRASILEIRA. ~

De acordo com a proposta desta pesquisa, esse espaço textual será destinado ao debate conceitual acerca do fenômeno conhecido como nacional-estatismo, que teve na América Latina a alcunha de “populismo”. A necessidade dessa discussão se dá pela urgência na compreensão da conjuntura política brasileira na qual estava inserido o governo João Goulart.

Qualquer reflexão que se proponha a examinar determinados eventos históricos da política nacional sob o prisma dos meios de comunicação regionais, como substrato para o ensino de história do Maranhão, não pode estar desvinculada de uma discussão paralela a respeito da conjuntura política do Estado, exercício que será feito neste primeiro capítulo.

Discutiremos nesse momento a respeito da experiência nacional-estatista no Brasil. Para alguns, esse período é classificado como populismo e trabalhismo, discussão que aprofundaremos na próxima seção. Tal época é caracterizada por uma mudança estrutural de nossa política, economia e sociedade, representada pela transição de um país agrário-exportador para outro urbano-industrial.

O marco inicial dessa mudança se dá com a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, procedendo a uma transformação na dinâmica político-social da nação. O nacional-estatismo apresentou seu apogeu entre os anos de 1930 e 1964, tempo no qual se localiza o governo do presidente da república João Goulart, principal objeto de estudo da presente pesquisa.

Ao longo daquele período o país vivia a implementação de um conjunto de políticas públicas que, numa dimensão historicamente particular, estava em consonância com um movimento global, resultado do enfraquecimento das grandes potências ocidentais pós Primeira Guerra Mundial. Ou seja, os países de economias periféricas buscavam estratégias de reaquecimento econômico desvinculadas da dependência direta das chamadas economias centrais.

Neste sentido, faz-se extremamente necessário pormenorizar essa temática no sentido de promover uma leitura mais detalhada desse momento da história do país retratado de forma tão sintetizada nos livros didáticos de História. Desse modo, visa-se construir um arcabouço teórico para a nossa proposta pedagógica, contribuindo diretamente no enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem sobre o governo João Goulart.

1.1. A Experiência Nacional-Estatista: Populismo ou Trabalhismo?

Os anos 1960 do século XX foram marcados pela intensificação das contradições e tensões de classes oriundas do colapso do modelo nacional-estatista, popularmente conhecido como populismo. Nesses trinta anos de industrialização sustentada por um pacto de conciliação de classes, o Brasil alterava o seu perfil socioeconômico, de caráter até então agrário-exportador, para uma essência urbana e industrial. Essa importante modificação foi reflexo da perda de hegemonia do setor oligárquico-cafeicultor, que viu na ascensão getulista o momento de consolidação da fração industrial burguesa no comando do Estado restrito⁴.

A implantação de um setor estatal fundamentado na indústria de base acabou desenvolvendo um mercado interno cada vez mais amplo, e sendo cada vez mais atrativo ao capital estrangeiro. Para isso, era necessário um regime que associasse a nova divisão do trabalho com o processo de industrialização acelerado. Neste sentido, o historiador Jacob Gorender classifica essa hegemonia ideológica como:

O populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse entre burgueses e operários. O populismo foi a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou - e obteve um elevado grau - o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequada a massas de baixo nível de construção de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo. Não a sua essência, concentrada nas ideias de colaboração de classes e paz social. (GORENDER, 1987, p.16)

A “ilusão” do populismo, retratada pela ação de Estado como mediador dos interesses conflituosos entre classes e frações de classes, logo se tornou perceptível a partir do processo intenso de conscientização ideológica por parte dos trabalhadores

⁴ De acordo com as elaborações teóricas do filósofo marxista Antonio Gramsci, as sociedades ocidentais apresentam um Estado em sentido amplo, ou seja, a superestrutura é o conjunto de duas esferas: a) sociedade política (ou Estado em sentido restrito): formada pelo conjunto de elementos utilizados pelas classes dominantes como substrato de detenção do poder através do monopólio do aparato coercitivo; b) sociedade civil: organismos responsáveis pela difusão de ideologias, exemplos disso são: sistema escolar, igrejas, partidos políticos, associações de classe, veículos de comunicação. Este é o espaço que as classes exercem sua hegemonia, quando dominantes, e a contra hegemonia, quando dominadas. GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

brasileiros. A trajetória de lutas e reivindicações das massas subalternas na década de 1960 estava em conflito direto com os ideais burgueses.

O desaquecimento das economias centrais incentivou, por parte de muitos países periféricos, a busca por alternativas autônomas de desenvolvimento, logo, objetivava-se superar a dependência tanto econômica quanto política em relação às grandes potências do mundo. Na América Latina esse programa tornou-se conhecido como "nacional-estatismo", tendo suas variações nacionais representadas pelo cardenismo no México, peronismo na Argentina e o trabalhismo no Brasil.

Este projeto se baseava no estabelecimento de um Estado forte, centralizado, interventor e planejador, além de organizar a vontade coletiva em prol de uma ideologia alicerçada num partido político de dimensão nacional que, através de uma liderança carismática, pudesse atender aos interesses tanto de empresários quanto de trabalhadores.

Especificamente no Brasil, revelou-se nacional por conta do financiamento estatal do setor industrial e estatista, pois, através da criação de empresas estatais, visava-se fortalecer o setor público em detrimento da esfera privada.

O nacional-estatismo ganha terreno na política brasileira num momento em que "as ideias dominantes na Primeira República não reconheciam o valor do trabalho e do trabalhador. Não havia relação entre trabalho e riqueza. O trabalhador era pobre e era bom que permanecesse nesse estado, pois somente assim ele trabalharia" (FERREIRA, 2012, p.298).

Após Revolução de 1930, com a ascensão do trabalhismo, capitaneado por Getúlio Vargas, a leitura acerca do trabalho foi sendo modificada e dissociada da noção escravocrata, muito por intermédio do próprio Estado. Agora valorizado como atividade merecedora de recompensa material, o trabalho passou a ser cada vez mais bem reconhecido dentro da sociedade como um todo. A noção de "justiça social" estava agora muito presente em todas as relações entre Estado e classes trabalhadoras. Um dos principais reflexos dessa conjuntura foi à criação das leis trabalhistas.

A regulamentação da atividade laboral infantil e feminina, a criação das férias, horas extras, pensões e aposentadorias, bem como a redução da jornada de trabalho, e outras benesses, acabaram por incentivar a elaboração da Justiça do Trabalho, mecanismo estatal responsável pela mediação das relações trabalhistas entre patrões e empregados, algo antes inexistente no Brasil.

Com o passar do tempo, o termo trabalhismo foi perdendo espaço para uma nomenclatura que se tornou conhecida até os dias atuais, o populismo. O historiador Jorge Ferreira identifica o momento que em ocorre essa mudança na leitura histórica do período:

Formulada muito lentamente nos anos 1950, foi após o golpe militar de 1964 que a teoria do populismo começou a tomar corpo e forma. De início, tratava-se de um conjunto de insultos que a direita civil-militar, vitoriosa com o golpe, dedicou aos trabalhistas: demagogia, manipulação, corrupção, entre outros. Ao mesmo tempo, as esquerdas revolucionárias igualmente passaram a desqualificar o passado anterior ao golpe: sindicatos atrelados ao Estado, manipulação de líderes burgueses de massa, falta de consciência de classe etc. Foi à publicação do livro *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort, porém, que deu a consistência acadêmica que faltava ao conceito. Assim, a teoria do populismo, pelo menos até meados dos anos 1980, tornou-se hegemônica para os estudos da política brasileira no período (FERREIRA, 2012, p.311).

Trazendo uma perspectiva materialista histórica para a análise da experiência "populista" no Brasil, o historiador uruguaio René Armand Dreifuss enfatiza que:

Sob a égide do Estado Novo teve início o primeiro estágio da nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo. O Estado tornou-se importante produtor de bens e serviços de infraestrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado do Brasil (DREIFUSS, 2008, p. 31).

A crise de hegemonia⁵ envolvendo as frações de classes dominantes no início do século XX no Brasil foi parcialmente solucionada com o estabelecimento do Estado Novo, no qual tanto o setor agrário-exportador, quanto o urbano-industrial, se beneficiaram das benesses da máquina estatal. Isto somente foi possível por conta de algumas concessões⁶ às classes trabalhadoras.

⁵ A noção de hegemonia se consolida no seio da literatura marxista com propósito de refletir as diversas configurações sociais existentes nos diferentes tempos e espaços. Oriundo do berço socialdemocrata russo, e que ganha força teórica com Lênin, o conceito de hegemonia toma outras proporções a partir das elaborações de Antonio Gramsci. Superando as limitações inerentes ao materialismo vulgar, o filósofo italiano sugere uma nova relação entre estrutura e superestrutura, distanciando-se do pensamento que preconiza a primeira em detrimento da segunda. Para Gramsci, a sociedade civil, representada por seus aparelhos privados de hegemonia (associações de classe, partidos políticos, sistema educacional, meios de comunicação, Igreja, dentre outros), adquire centralidade no processo de tomada de poder e formação de um novo bloco histórico. Portanto, as classes sociais ou frações e coalizões de classe que queriam chegar ao controle do Estado restrito (Sociedade Política) precisam exercer sua hegemonia ideológica no campo da sociedade civil.

⁶ Getúlio Vargas estabelece medidas que propiciaram a ampliação da participação política da classe trabalhadora, marca característica do período nacional-estatista. Dentre elas, temos: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; criação da carteira de trabalho, redução da jornada de

A destituição de Vargas em 1945 marca o fim do Estado Novo, mas não o encerramento das políticas trabalhistas. Seu sucessor, Marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do próprio Getúlio Vargas anos antes, liderando a chapa formada pelo Partido Social Democrata (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) chega ao poder sob a égide da democracia liberal. Porém, cabe ressaltar que algumas posturas populistas permaneceram, dentre elas o privilégio à fração industrial dentro da esfera estatal, assim como a relação extremamente autoritária com a classe trabalhadora.

Algumas medidas representam bem essa faceta, como a formação de um ministério com quadros da União Democrática Nacional (UDN), partido de forte teor liberal; a intensa repressão aos sindicatos, partidos de esquerda e movimento sociais diversos; e a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), um reduto de militares e empresários conservadores que anos depois fomentará as bases do golpe empresarial-militar⁷ de 1964.

Na recondução de Vargas ao executivo federal em 1950, mediante aliança populista alicerçada por membros do empresariado nacional, bem como setores da elite agrária e grande parcela do operariado urbano, seu governo ficou marcado por intensos conflitos de interesses, como destaca Dreifuss:

Os interesses multinacionais que estavam reingressando na economia brasileira após sua retração durante a Segunda Guerra Mundial seriam deixados nesse arranjo sem adequada representação nos canais formuladores de diretrizes políticas. Os interesses multinacionais tentariam agressivamente mudar essa situação, justamente com interesses locais que temiam a ascendência política de Getúlio Vargas e com forças reacionárias acuadas com as medidas sociodemocráticas com as quais Getúlio parecia ameaçá-las. Derrotado por outro golpe militar em 1954, Getúlio Vargas recusou-se a renunciar e suicidou-se. Agindo dessa forma, ele explicitamente condenou, na sua carta-testamento, o que percebeu ser uma conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas (DREIFUSS, 2008, p.42).

trabalho para oito horários, direito a férias e descansado semanal remunerados, proteção ao trabalho do menor e da mulher e etc.

⁷ A opção pelo termo "Empresarial-Militar", no que se refere tanto ao golpe de 1964, quanto ao regime autoritário subsequente, representa um posicionamento do autor dentro dos embates inerentes a historiografia do tema. Tendo em vista a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista, que será analisada posteriormente neste trabalho, que confirma e reproduz uma série de mistificações sobre o período, esse trabalho endossa a necessidade de aplicação do termo "Empresarial-Militar", originalmente proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*, na qual é ressaltado o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

Acreditava-se que com a morte de Getúlio Vargas morreria também o projeto trabalhista, no entanto, não foi o que se viu com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder. O que pôde ser notado a partir de 1955 foi uma remodelagem das diretrizes estatizantes através do projeto "50 anos em 5". Dentro dessa proposta foi estabelecido o Plano de Metas, que tinha o objetivo de modernizar aceleradamente o país. Os principais símbolos deste programa foram: a construção da nova capital Brasília e a abertura do mercado brasileiro para ampla entrada de capital estrangeiro, com destaque para as indústrias automobilísticas.

A reabertura do Congresso nacional, o estabelecimento de novas relações de trabalho com o desenvolvimento do setor terciário de bens e serviços, e a formação de novos segmentos laborais trouxe, segundo René Dreifuss, "características clientelistas, cartoriais, paternalistas que serviram por um breve período para reproduzir ideologicamente e recriar politicamente a ideia de um Estado neutro e benevolente, mito que seria destruído em princípios da década de 1960" (DREIFUSS, 2008, p.36).

Em 1960, a UDN, partido político baluarte dos ideais liberais dentro do país, havia chegado ao poder máximo através da figura de Jânio Quadros, político oriundo do Estado de São Paulo, que tinha como tarefa principal "varrer" a corrupção do Brasil. Seu vice-presidente, em eleição separada, foi João Goulart, do PTB, partido varguista de agenda política oposta a do então presidente eleito.

Gestão marcada por peculiaridades como a política de distribuição de bilhetinhos; o flerte com a esquerda através da condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, maior honraria que se poderia conferir a um estrangeiro; implantação de programa econômico de viés austero; e relação extremamente conturbada com base aliada e o Congresso nacional, constituíram elementos suficientes para gerar uma crise institucional no governo de Jânio, levando, meses depois, à sua renúncia, trazendo espanto a um país inteiro, como afirma Thomas Skidmore:

Seu gesto caiu como uma bomba sobre a nação. Os milhões de brasileiros que lhe deram o voto ficaram perplexos vendo frustradas suas melhores esperanças. Embora possa ter pensado que o Congresso o chamaria de volta dando-lhe poderes para governar ao estilo de um De Gaulle (o que aparentemente desejava), Jânio abandonou Brasília no mesmo dia e se foi incógnito (SKIDMORE, 1988, p.29).

A chegada de João Goulart à presidência da República representava a real possibilidade da liderança executiva do país ser novamente ocupada por um político trabalhista, algo que amedrontava as classes dominantes e os setores mais conservadores

da sociedade da época. Estava muito presente no imaginário popular a lembrança de João Goulart como ministro do trabalho de Getúlio Vargas.

Desta forma, após a renúncia de Jânio Quadros, membros das Forças Armadas (Ministros militares) foram contrários à assunção do político gaúcho ao governo. Isto muito se deve ao fato do político gaúcho à época ser comumente associado ao ideário comunista, tendo em vista sua militância política estar estreitamente atrelada à ampliação da participação política dos trabalhadores dentro da sociedade.

Sendo assim, Jango se constituía um novo fôlego ao projeto nacional-estatista gestado e desenvolvido na Era Vargas. Uma das principais objeções do próprio Goulart, como também do PTB e das diversas denominações no âmbito das esquerdas, as reformas de base⁸, um conjunto de políticas públicas que objetivavam a transformação estrutural da economia, sociedade e política do país, surgem como principal agenda de governo.

Bandeira tradicional dos setores trabalhistas, nacionalistas e de esquerda do país, as reformas de base não eram bem vistas pelos setores liberais e conservadores de nossa sociedade. Essa negativa de segmentos à direita do espectro político nacional às propostas reformistas de João Goulart vão justificar ações conspiratórias e golpistas que irão destituí-lo do poder em 1964, evento que daremos melhor destaque no próximo tópico.

Aquilo que queremos ensejar neste espaço é justamente o fato de que Jango teve um papel direto na atualização do projeto nacional-estatista de Getúlio Vargas para a década de 1960, através principalmente das inúmeras ações de governo em prol da ampliação da cidadania para parcelas da sociedade antes alijadas. Os altos investimentos na indústria de base, a execução do Plano Nacional de Educação, que representou a ampliação do acesso à educação escolar, o financiamento público para construção de conjuntos habitacionais, hospitais, além da concessão de benefícios previdenciários e sindicais ao trabalhador rural constituíram a nova roupagem do projeto trabalhista⁹.

Após uma breve revisão do projeto nacional-estatista, que teve em sua vertente brasileira o nome de trabalhismo, nos cabe neste momento discutir o processo de transição conceitual desse projeto de políticas públicas que marcou a primeira metade

⁸ Conjunto de reformas estruturais propostas pelo governo do presidente João Goulart. Essa agenda reformista tinha como objetivo promover significativas alterações nos setores econômicos, educacional, político e agrário, visando à diminuição da desigualdade social no país.

⁹ Para melhor leitura das realizações do governo João Goulart, ler Marieta de Moraes Ferreira em “João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006”.

do século em nosso país. Portanto, vamos examinar em que momento da nossa história o trabalhismo começou a ser classificado como populismo, conceito até hoje tão usado para se referir a certas condutas políticas.

Neste sentido, Jorge Ferreira ressalta a importância de separarmos o trabalhismo do populismo como elemento elucidativo e explicativo de uma determinada temporalidade da história política brasileira. Segundo o professor da Universidade Federal Fluminense:

Trabalhismo, por sua vez, surge historicamente, a partir de 1942, traduzindo um conjunto de ideias, crenças, valores e maneiras de fazer política que passaram a integrar a cultura política no Brasil. Um processo, portanto, histórico. Trata-se, nesse caso, de compreender a classe trabalhadora como sujeito de sua história, com suas escolhas, cuja atuação nos partidos e sindicatos excedia o personalismo (FERREIRA, 2012, p.318).

Corroborando com esse pensamento, temos a contribuição de Maria Capelato no sentido de pontuar a origem do trabalhismo, como se pode ver:

O que importa ressaltar é que o trabalhismo como ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que ele propõe manter com a classe trabalhadora, vinha sendo construído dentro do Ministério do Trabalho desde 1942 (CAPELATO, 1987, p.16).

Enquanto isso, o populismo, por sua vez, surge como um mito, como algo para ser acreditado e não discutido, que resiste às "provas empíricas" (FERREIRA, 2012, p.318). Portanto, concordamos como entendimento de que existia a necessidade de localizarmos tais conceitos (nacional-estatismo, trabalhismo e populismo) a fim de melhor problematizarmos o período de 1930 a 1964.

Compreendermos essa conjuntura política, econômica e social na qual o Brasil se localizava em meados do século XX como condição relevante para entendermos os eventos inerentes ao governo João Goulart e aos aspectos condicionantes que levaram ao rompimento democrático em 1964.

1.2. Governo João Goulart e o Golpe de 1964: a historiografia sobre o tema.

O dia 31 de março de 1964 marcou o início de um dos períodos mais obscuros da história política do Brasil. O projeto de poder que ascendia modificaria de forma

sistemática não só a política nacional, mas também traria consequências, muitas delas irreversíveis, no campo da economia, cultura e sociedade de modo geral.

Refletir sobre o governo João Goulart, através das diversas leituras sobre os aspectos de seu mandato, localizados numa conjuntura política de consolidação do nacional-estatismo, como também o regime autoritário que se cristalizou posteriormente, é substrato necessário para um melhor Ensino de História sobre o tema.

Logo, é importante examinar tal tema com o propósito de essa temática no sentido de proporcionar uma reflexão mais profunda desse momento da história política do país, frequentemente retratado de maneira rasa nos livros didáticos de História. Desse modo, visa-se construir um arcabouço teórico para a nossa proposta pedagógica, contribuindo diretamente no enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem sobre o governo João Goulart.

A trajetória política de João Belchior Marques Goulart foi deixada em segundo plano pela historiografia brasileira. Em tempos recentes esse panorama tem se modificado, mas, no entanto, em comparação com a produção historiográfica referente a outros importantes quadros da política nacional, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, a diferença quantitativa referente às investigações históricas ainda é grande.

O período nacional-desenvolvimentista brasileiro passou a ser bastante contemplado pela historiografia nacional a partir das décadas de 1980 e 1990. Porém, quando se trata de reflexões acerca do governo João Goulart, percebe-se, de certa forma, um olhar secundário, como disserta Lucília de Almeida Neves Delgado:

O período do nacional-desenvolvimentismo no Brasil tem sido contemplado por produção historiográfica bastante significativa, com destaque especial para a atuação dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, analisados, de forma recorrente, pela historiografia. A mesma ênfase não acontece em relação a João Goulart, que tem sido relegado a um segundo plano pela produção historiográfica e também pela memória coletiva nacional. Todavia, Jango foi um dos principais líderes trabalhistas brasileiros. Orientou, com indiscutível coerência, sua prática política por uma opção de consolidação renovada da herança varguista e pela adoção e apoio a iniciativas destinadas à ampliação da cidadania social e à defesa dos interesses econômicos nacionais (DELGADO, 2009, p. 125).

A historiografia que tem como importantes nomes como Carlos Fico¹⁰, René Dreifuss¹¹, Marcos Napolitano¹², Marieta Moraes Ferreira¹³, Jorge Ferreira¹⁴ e Thomas Skidmore¹⁵ afirmam em seus trabalhos que o governo João Goulart foi marcado por intensas movimentações políticas. Esse clima efervescente se inicia com o veto dos ministros militares contrários à posse do líder trabalhista, passando pela solução parlamentarista, pelo plebiscito que marcou a volta do presidencialismo, a polêmica agenda reformista, e também a ação dos movimentos sociais bastante politizados à direita e à esquerda do espectro político nacional.

No entanto, tendo em vista todos os acontecimentos acima citados, nota-se, desde muito tempo, um movimento no intuito de desqualificar o governo e a trajetória política de Jango, como se afirma no trecho seguinte:

Antes e depois do golpe de 1964 não foram poucas as iniciativas que provocaram e induziram à desqualificação do presidente João Goulart e de sua trajetória política. Foram desenvolvidas, com eficácia crescente, por seus opositores desde sua posse como ministro do Trabalho em 1953. Estenderam-se, com vigor, à conjuntura pré-1964 e ganharam fôlego nos anos seguintes ao golpe que o depôs. A elas se somou um silêncio que urdiu um esquecimento consoante com o objetivo dos responsáveis pelo regime autoritário de legitimar suas ações. (DELGADO, 2009, p. 127).

Corroborando com essa tendência, a imprensa agiu desde aquela época até os dias atuais de forma semelhante no que se refere ao silêncio sobre o que significou João Goulart para a política brasileira. Surpreendente perceber que esse exercício também pode ser notado no meio acadêmico. Nos últimos vinte anos pode ser percebido um significativo avanço na produção de estudos sobre a figura de Jango. Isto se deve pelo forte interesse relacionado às efemérides de quarenta (2004) e cinquenta (2014) anos do golpe de 1964 e, ainda, pelo processo de formação de novos historiadores, sociólogos e cientistas políticos engajados por tal recorte temático.

Sendo assim, o propósito desta parte do trabalho é pontuar as interpretações mais consolidadas no meio acadêmico referente à trajetória política de João Goulart, e especialmente sobre o período em que foi presidente do Brasil até ser destituído por um

¹⁰ FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹¹ DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹² NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

¹³ FERREIRA, Marieta Moraes. **João Goulart: entre a História e a Memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁴ FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁵ SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

golpe de Estado em março de 1964. Logo, cabe destacar que tais leituras são por vezes complementares e divergentes, algo natural quando se estabelece uma revisão historiográfica

Existem investigações que evidenciam o caráter preventivo do golpe empresarial-militar de 1964, como também outras que enfatizam as explicações conspiratórias que levaram ao rompimento institucional do regime democrático brasileiro. Destacam-se, ainda, visões que privilegiam uma abordagem conjuntural do tema. Reforçando esse rico terreno de interpretações sobre o governo João Goulart, temos também recentes leituras que se baseiam em novas documentações e referenciais teóricos inéditos que traçam exames importantes no campo da memória e das efemérides, representando um novo fôlego para a historiografia sobre tal objeto¹⁶.

O primeiro movimento interpretativo sobre o político João Goulart nasce ainda na década de 1970 e era composto por intelectuais do eixo Rio – São Paulo que estavam vinculados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e ao Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), redutos de pesquisadores afastados das universidades pela ditadura empresarial-militar.

Essa corrente estabelece um eixo de análise relacionado às categorias dos médios e longos tempos, ou seja, procuravam associar a crise institucional dos anos 1960 no Brasil, que teve o seu apogeu com o golpe de 1964, com problemas sistêmicos da economia nacional, como por exemplo, o histórico atraso industrial. Neste campo de pesquisa temos vários economistas, cientistas políticos e sociólogos. Até então, não era prioridade dos historiadores da época, orientados, em sua grande maioria, pelas proposições científicas, examinar fatos históricos tão atuais, levando em consideração a necessidade de distanciamento temporal.

Renomados intelectuais como Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e Maria da Conceição Tavares compõem esse segmento de pesquisadores que João Goulart como presidente. Dentre eles, Octávio Ianni traz uma importante reflexão sobre o fim de tal governo:

Como vemos a derrubada do governo de João Goulart está inspirada na interpretação de que o país estava sendo campo de uma verdadeira guerra revolucionária. Segundo se afirmava, destinava esta a instaurar uma República Sindicalista. As relações do Presidente Goulart com o sistema sindical e os grupos políticos nacionalistas e de esquerdas

¹⁶ Esta pesquisa toma como referência de análise da historiografia sobre João Goulart o artigo da historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado intitulado “O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia”.

eram encaradas como manifestações claras de um programa subversivo. Era a democracia populista atingindo desenvolvimentos inesperados para a classe dominante. (IANNI, 1975, p. 142)

Essa literatura enfatiza a tese que a industrialização tardia brasileira estava em seu ponto mais crítico, cuja crise se configurava na incompatibilidade entre o desenvolvimentismo industrial e o modelo agroexportador, o que gerou o rompimento do pacto populista, apresentando uma solução autoritária para esses conflitos a partir de 1964.

Pesquisadores como Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Caio Navarro de Toledo e a própria Lucília Delgado, citada anteriormente, fazem parte de um campo historiográfico que privilegia uma leitura relacionada ao caráter preventivo do movimento de desestabilização do governo Goulart, como se afirma no trecho abaixo:

A destituição do presidente da República, bem como o afastamento compulsivo de seus aliados da vida pública nacional, segundo seu entendimento objetivou evitar potenciais e profundas modificações na estrutura econômica e política do Brasil. O caráter transformador das reformas estruturais, reivindicadas pelo movimento social, não foi assimilado nem pelos setores tradicionais da sociedade brasileira, vinculados à propriedade latifundiária, nem pelos modernos representantes de um modelo capitalista industrializado e internacionalizado. (DELGADO, 2009, p.133)

As reflexões vindas desse terreno combinam perspectivas de longa duração com o caráter preventivo do golpe de 1964, ou seja, a agenda reformista de Goulart, junto da crescente politização dos trabalhadores e setores subalternos das forças armadas serviu para despertar um temor por parte das classes dominantes, justificativa muito presente na literatura sobre o período, como destaca Jacob Gorender:

Tornou-se corrente na literatura acadêmica a assertiva de que, no pré 64, inexistiu verdadeira ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo. Os golpistas teriam usado a ameaça apenas aparente como pretexto a fim de implantar um governo forte e modernizador. (GORENDER, 1987, p.66).

Em contraponto a este pensamento, Jacob Gorender declara que essa impressão sobre período se trata de mero positivismo superficial. Posicionando-se em espectro contrário de interpretação do fato, o autor de “A Burguesia Brasileira” identifica tal evento histórico como o intervalo de tempo de maior emersão das lutas de classes no Brasil. Naquele ínterim, a politização dos trabalhadores se transformou em consistente

ameaça à estabilidade institucional da ordem burguesa no país. Motivados pelo interesse de manutenção da propriedade privada e controle do aparato coercitivo do Estado, setores golpistas da direita, temerosa pela situação revolucionária dos primeiros meses de 1964, passam a agir em prol das classes dominantes e do imperialismo, realizando uma ação contrarrevolucionária preventiva.

Diante disso, Jacob Gorender elabora duas linhas de pensamento sobre destituição de João Goulart e a instauração de uma ditadura no Brasil: a primeira tem relação com o papel determinante do momento, ou seja, do estágio em que se encontrava o capitalismo brasileiro; e a segunda baseada na leitura acerca do caráter preventivo e contrarrevolucionário da ação, levando em consideração as reais ameaças de revolução por parte da esquerda.

Reforçando o quadro de análises no campo do materialismo histórico, Nelson Werneck Sodré, historiador e ex-militar brasileiro, trouxe importantes ponderações sobre o golpe e a ditadura. Segundo o intelectual, à medida que João Goulart acenava para o alargamento da democracia no Brasil, tentando conduzir uma agenda reformista, o grupo de conspiradores passou a ganhar numerosos adeptos de todas as classes sociais contrárias as reformas de base.

A forte presença anticomunista no imaginário brasileiro, além das diversas acusações de corrupção e inabilidade administrativa de João Goulart, assim como a radicalização política dos trabalhadores, foram argumentos plausíveis para ensejar a ofensiva autoritária que irromperia com a democracia no 31 de março de 1964:

O radicalismo pós golpe de 1964 foi bem maior do que o radicalismo do processo político brasileiro anterior ao 31 de março. Os expurgos, prisões e torturas foram mais agressivos que os discursos, agitações, comícios e outras demonstrações anteriores ao golpe vitorioso. (WERNECK SODRÉ, 2010, p.467).

Classificando esses segmentos conservadores brasileiros de "componentes do atraso", Werneck Sodré explicita em seu trabalho que o projeto reformista proposto por Goulart traria mudanças estruturais na sociedade brasileira no caminho da redução das desigualdades sociais. Portanto, esses baluartes do atraso e do entreguismo procuraram de todas as maneiras barrar o avanço da consciência nacional a respeito das reformas de base.

Florestan Fernandes aprofunda a análise em torno do conceito de "contrarrevolução" no sentido de distinguir os segmentos revolucionários e

contrarrevolucionários no contexto do golpe de Estado que tira João Goulart do poder, como se pode ver abaixo:

A palavra Revolução tem sido empregada de modo a provocar confusões. Por exemplo, quando se fala de “Revolução institucional” com referência ao golpe de Estado de 1964. É patente que aí se pretendia acobertar o que ocorreu de fato, o uso da violência militar para impedir a continuidade da Revolução democrática (a palavra correta seria contrarrevolução: mas quais são os contrarrevolucionários que gostam de se ver na própria pele?) (FERNANDES, 2005, p.55)

Para o historiador Caio Navarro de Toledo, a forte crise econômica enfrentada pelo país, a intensa mobilização política de trabalhadores rurais e urbanos, a crise do sistema político-partidário vigente naquele período, e o vigoroso embate entre projetos de Estado totalmente divergentes, se constituíram fatores conjunturais para compreender que o governo João Goulart estava vulnerável ao rompimento institucional. Essa leitura apresenta certa afinidade com o pensamento da historiadora Lucília Delgado, que compreende aquele período como o ápice dos intensos confrontos enfrentados pela o então presidente Jango:

(...) às vésperas de 1964 o Governo Goulart foi submetido a um tríplice confronto: com os setores conservadores nacionais aliados aos investidores internacionais; com a ala mais reformista do PTB, que trazia para o interior do próprio governo pressões sindicais e camponesas; com os movimentos populares e sindicais, que adquiriram grande capacidade de pressão. (DELGADO, 2005, p. 133)

Portanto, fazia-se necessário findar o governo João Goulart, tendo em vista que o temor das classes dominantes e da parcela mais conservadora das classes médias do país era dos maiores no que se referia forte progressismo existente na agenda reformista. Neste sentido, surgem, ainda, análises que concentram suas atenções na essência conspiratória do golpe de 1964. Nessa historiografia temos importantes nomes como René Armand Dreifuss, Moniz Bandeira, Octávio Dulci e Heloísa Starling.

René Armand Dreifuss (1981), sustentado por uma vasta documentação, seguindo forte tendência dentro da ciência política na década de 1980, recolocou a ação política no eixo de análise, examinando a disputa por hegemonia desencadeada pela grande burguesia em associação com o capital multinacional. Diante disso, comprovava-se a

atuação de membros desses segmentos civis na composição de postos administrativos dos governos ditatoriais a partir de 1964.

O intelectual, ao dar luz sobre duas importantes organizações empresariais existentes na década de 1960 no Brasil, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), aponta o caráter classista do movimento político autoritário de 31 de março. Ao classificar essas agências, através de uma perspectiva gramsciana, como Aparelhos Privados de Hegemonia¹⁷, o pesquisador concluía que os empresários elaboraram um projeto de tomada de poder e modificação do Estado. Esse esforço investigativo apresenta claro propósito de demonstrar que o capital multinacional e associado não encontrava correspondente liderança política e civil na figura de João Goulart. Tal demanda motivou o segmento empresarial a formular mecanismos de busca da hegemonia dentro do Estado. Neste momento, ser classe dominante não era suficiente, se tornar classe dirigente era a maior das intenções.

Sendo assim, com objetivo de contrapor-se ao "populismo" político e com ele à burguesia tradicional e às oligarquias, esse bloco de classes passa a formar grupos de pressão constituídos em federações de classe, escritórios técnicos, intentando satisfazer seus interesses em expansão. Levando em conta as elaborações teóricas de Gramsci, acontece a nacionalização de um projeto de classe, tendo uma fração de classe conquistando a prevalência diretiva do aparato estatal.

Consequentemente, o complexo IPES/IBAD, para o pensador uruguaio, constitui-se enquanto Estado-Maior da burguesia multinacional, pois esta passa a projetar e desenvolver um projeto de condução ao poder. Logo, amplas campanhas de desestabilização do presidente João Goulart foram realizadas, envolvendo atividades de instrução anticomunista e também de profunda crítica ao "atraso" das oligarquias rurais, do intervencionismo estatal e da corrupção desenfreada incrustada, segundo eles, na essência política "populista".

Contudo, esse proselitismo não era suficiente para que o capital multinacional e associado tomasse o controle do Estado por vias democráticas e eleitorais, era conveniente buscar alianças com os militares. Desse modo, o que seu viu, segundo

¹⁷ A elaboração teórica advinda dos estudos de Antonio Gramsci compreendem os Aparelhos Privados de Hegemonia como elementos da Sociedade Civil como proposito de sedimentação do consenso, ou seja, os espaços de exercício da hegemonia e difusão de ideologias. Exemplos são: igrejas, escolas, associações de classe, meios de comunicação, partidos políticos e etc. Ler GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Dreifuss, foi um golpe civil-militar, melhor dizendo, empresarial militar, pois o recorte de classe se faz inescusável.

Segundo Moniz Bandeira (1978) a destituição de João Goulart foi uma ação de forte apoio estrangeiro, especialmente falando da ação da CIA e do capital internacional estadunidense. O Brasil, desde o final do século XIX, se consolidava como potência na América do Sul, despertando enorme interesse dos EUA. Isto significou, de acordo com o pesquisador, a existência de uma estratégica política de desestruturação do executivo nacional respaldada pelo dispositivo militar norte-americano através da operação *Brother Sam*¹⁸.

Corroborando com esse eixo de análise, os trabalhos de Heloísa Starling (1986) e Octávio Dulci (1986) são extremamente necessários. A primeira traz uma notável reflexão acerca da atuação de políticos e militares mineiros ligados ao complexo IPES-IBAD na destituição de João Goulart da presidência. Enquanto que o segundo enfatiza o papel da União Democrática Nacional (UDN), partido liberal-conservador da década de 1960 no Brasil. Tal legenda partidária teve protagonismo ao aglutinar oposições na esfera parlamentar e também nos setores da classe média, todos engajados numa agenda antipopulista, antinacionalista e conservadora.

Demarcando outro campo de reflexão sobre o governo João Goulart e o golpe de 1964, temos uma corrente de pesquisadores, dentre eles Wanderley Guilherme dos Santos (1979), Argelina Figueiredo (1993) e Jorge Ferreira (2011), que direcionaram suas atenções para os aspectos políticos e institucionais da crise existente na década de 1960. Tais pesquisas trazem exames de curta duração desse processo político.

No trabalho de Wanderley Guilherme dos Santos afirma que as razões do golpe de 1964 emanam menos das reações às políticas reformistas de João Goulart e mais de sua incapacidade de ação diante dos eventos daquele momento. A chamada "paralisia decisória", conceito utilizado pelo cientista político no qual nem o Congresso Nacional, nem tampouco o Executivo estavam aptos de iniciativa política para votar e aprovar leis no Parlamento.

Sendo assim, estava o sistema político incapaz de decidir sobre inúmeras questões, abrindo espaço para soluções fora dos limites constitucionais. Portanto, essa paralisia seria o ponto crucial da crise, ou seja, grande importância é dada ao fato de que

¹⁸ Para melhor compreender operação Brother Sam ler Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. E também a obra do historiador Carlos Fico intitulada *O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*.

os atores radicalizados não estariam dispostos a abrir mão de suas convicções ideológicas, e que o presidente Jango inerte estaria em meio ao radicalismo de ambos os lados.

Enquanto isso, Argelina Figueiredo (1993) destaca o papel ativo de sujeitos políticos até então pouco explorados. Ao estudar especificamente os poderes Executivo e Legislativo, durante a crise institucional que culminará na destituição de João Goulart da Presidência da República, refutam-se algumas análises, consideradas por ela, deterministas e economicistas acerca do período. Portanto, este trabalho, segundo a própria autora, dedica-se a examinar a conduta estratégica de determinados atores políticos em situações históricas fundamentadas.

Completando ainda essa corrente da historiografia sobre o governo João Goulart, temos o historiador e professor da Universidade Federal Fluminense Jorge Ferreira. Acolhendo muito do pensamento de Argelina Figueiredo, o autor de "*João Goulart: uma biografia*", afirma que grande parte da população brasileira acompanhava estática ao recrudescimento do radicalismo entre setores mais atuantes da direita e da esquerda.

Tendo como centro de análise o comportamento das esquerdas, o intelectual retrata que estas sempre foram radicais, sectárias, intolerantes e que faziam ponderações revolucionárias e de rompimento institucional a todo instante. Logo, para o autor de *O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964*, a direita está quase sempre em comportamento de resposta ao radicalismo das esquerdas, estando aquela "assustada" com as ações de Brizola, Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Ligas Camponesas, subalternos militares, sindicatos, União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre outros.

Por fim, temos uma leva de pesquisadores cujos trabalhos representam novo horizonte no que se refere aos estudos sobre o governo João Goulart, dialogando com literaturas clássicas e evidenciando novas abordagens e arcabouços teóricos. Essa corrente de investigações acabou por instaurar uma nova perspectiva de classificação e leitura do que foi o golpe de 1964 e a ditadura ali iniciada.

Acredita-se que a adoção do termo "civil-militar" representa um avanço no que tange às denominações "ditadura militar" e "regime autoritário". Porém, essa terminologia, no que se refere ao campo historiográfico, apresenta-se com relativa insuficiência teórica, segundo parcela significativa de historiadores. Imputar à participação de militares e não militares em uma ação de combate ao comunismo ainda se apresenta de forma bastante mítica e favorável ao discurso dos próprios golpistas e do campo do revisionismo historiográfico.

Essa ideia, segundo Demian Bezerra de Melo (2012) naturaliza uma visão corporativista dos militares sobre a sociedade, percepção que consolida a extrema separação entre civis e militares. A premência de uso da denominação "Empresarial-Militar" se dá pelo profundo teor classista existente no golpe e ditadura. No centro desta análise temos a expansão do capital-imperialismo, categoria trabalhada por Virgínia Fontes (2010), destacando que no Brasil, a partir da primeira metade do século XX, presenciava-se a mudança da fração de classe dirigente dentro das classes dominantes brasileiras. As principais oligarquias do nordeste estavam perdendo espaço para os industriais do centro-sul, em especial do Estado de São Paulo.

Paralelo a esse movimento, havia intensa politização dos setores subalternos da sociedade brasileira, intensificação de expropriações primárias e secundárias, e a enorme concentração de capitais eram elementos necessários para o sucesso do capital-imperialismo no Brasil. Neste sentido, Virginia Fontes, uma das maiores especialistas sobre o tema, destaca em seus trabalhos as tensões entre as classes dominantes que fomentaram mecanismos de impulsão da exploração capitalista.

Consequentemente, a opção pela truculência é vista neste sentido como a escolha por um regime que admitia escassos elementos de incorporação subalterna das grandes massas de população. Logo, para a grande burguesia nacional, em associação ao capital externo, era preciso barrar essa forte inserção política dos segmentos populares do país.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Renato Luís do Couto e Lemos, em artigo intitulado "*Contrarrevolução e Ditadura: ensaio sobre o processo político pós-1964*", problematiza o processo político brasileiro de 1964. Sua investigação corrobora com a leitura de que a Ditadura foi Empresarial-Militar, em contraposição ao revisionismo historiográfico sobre a temática aqui no Brasil.

Fundamentado teoricamente sobre o conceito de temporalidade de Fernand Braudel (1966), além da noção de contrarrevolução, Renato Lemos (2014) lança um importante olhar às condições que originaram a ditadura empresarial-militar. Na sua visão, explicar as razões da queda de Goulart e a instauração da Ditadura, que ele denomina como um regime burguês-militar é retomar cruzamentos históricos de longa, média e curta duração do período de 1914 a 1989.

Na leitura braudeliiana acerca dos "três tempos" (longo: estruturas; médio: conjunturas; curto: acontecimentos) para Renato Lemos é recurso central para o entendimento das diferentes dinâmicas do processo histórico. Neste sentido, o golpe de

1964 e o regime que lhe seguiu são lidos como a "atualidade" tomada como objeto do longo século XX. Enquadrados na "longa duração", tendo a Primeira Guerra Mundial como marco inicial, o golpe e a ditadura são reflexos do processo de acumulação capitalista em escala mundial e da internacionalização das lutas de classes.

A contrarrevolução é o elemento que conecta os tempos, sendo assim, percebendo a história política brasileira (história da luta de classes) na "longa duração", a crise da democracia no país, o golpe de estado e o regime autoritário seguinte estão articulados às lutas de classes no âmago do sistema capitalista mundial. Portanto, a partir da revolução russa de 1917, passa a existir uma forte tendência à preservação dos privilégios do capital.

Importante destacar também que o avanço do capital-imperialismo no Brasil e a gênese da nossa sociedade burguesa se deram "em grande parte sob o signo da ascensão do socialismo como alternativa real ao capitalismo. Em consequência, a tarefa de construir as estruturas capitalistas se combinou com a de prevenir a revolução socialista" (FERNANDES, 1976, pp. 294-295 e 297). Tal argumento leva Renato Lemos a acreditar que o golpe de 1964 foi contrarrevolucionário-preventivo, na visão dos mais moderados; e reativo, na leitura daqueles que suspeitavam e acreditavam em golpe esquerdista. Logo, a fração dominante da classe dominante, falando aqui dos empresários e industriais urbanos, articulou um golpe de Estado em parceria com o capital estrangeiro.

Consequentemente, a revisão historiográfica estabelecida neste capítulo se constitui elemento fundamental no auxílio teórico ao professor de história da educação básica. Sabemos que muitos profissionais da área, por diversas intercorrências pessoais e profissionais, acabam por se distanciar de tais debates teórico-metodológicos. Neste sentido, aproximar o docente de tais discussões propicia a possibilidade de qualificação do Ensino de História sobre o tema, estabelecendo um rico processo de ensino-aprendizagem que beneficia alunos e professores.

1.3. A dinâmica política maranhense em tempos de trabalhismo.

A década de 1960 representou para muitos pesquisadores do período o momento de maior efervescência da história política nacional. Naquele período, o Brasil vivia um estágio de intensos debates e disputas em torno de um projeto de desenvolvimento mais nacionalista ou mais dependente do capital internacional, tendo em vista o contexto da

Guerra Fria. No entanto, dentro da dinâmica econômica e social do país, conflitos e contradições de classe se tornavam mais fortes.

Como já vimos anteriormente, a primeira metade do século XX se configurou uma época de gênese e consolidação de um projeto nacional-estatista, tendência em muitas regiões, e que no Brasil era conhecido como Populismo, que para muitos pesquisadores melhor se definiria como trabalhismo. Esse ciclo de projeção de um aparato estatal cada vez mais forte e centralizado trouxe consequências não somente para uma reorganização da política nacional, mas também nos ditames das governanças locais, como no caso do estado do Maranhão, objeto de nossa reflexão a partir de agora.

Portanto, é de extrema relevância que discutamos a dinâmica política maranhense nos idos dos anos de 1960. Qualquer reflexão que se proponha a examinar determinados eventos históricos da política nacional sob o prisma dos meios de comunicação regionais, como substrato para o ensino de história do Maranhão, não pode estar desvinculada de uma discussão paralela a respeito da conjuntura política do Estado.

Para pensarmos a história política maranhense na década de 1960 é primordial discutirmos alguns pontos de matriz teórica. O desenvolvimento das relações políticas no Maranhão sempre foram pautadas em ligações de grupos políticos oligárquicos. Essa tradição de fazer política em nossa região não é peculiar apenas ao século XX, mas traz uma herança do fim do período imperial. Neste sentido, entender qual a ressonância dos eventos políticos de conjuntura nacional no Maranhão, mesmo que pelo olhar dos jornais locais, durante o governo de João Goulart (1961-1964), exige uma percepção das nuances políticas locais e como dialogava a classe administrativa daqui com a esfera federal.

Toda análise que se debruça sobre os aspectos da política do Maranhão necessariamente têm de estar relacionada à formação do Estado brasileiro no sentido de entender que as relações entre sociedade e Estado, levando em consideração os laços entre poder executivo central e instâncias governativas regionais, sempre estiveram pautadas em relações patrimonialistas, como afirma Flávio Reis:

No caso brasileiro, a cooperação a partir das instâncias centrais de governo tornou-se um dos elementos nucleares da formação da estrutura moderna de poder, submetendo as áreas periféricas ou decadentes, mais afeitas à dominação patrimonialista, em contraponto a uma área dinâmica baseada em eixos de representação de base contratual (REIS, 2007, p. 20).

Portanto, entender o contexto político maranhense em tempos de trabalhismo é compreender que o Estado brasileiro conseguiu se expandir mediante estabelecimento de ligações com os setores oligárquicos regionais. Para isso, era essencial o apoio desses poderes privados, representados pelas autoridades locais, que se tornavam fortes a partir do momento que ganhavam significação no bojo da utilização das benesses do poder público. Destarte, levamos em consideração a reflexão de Flávio Reis sobre oligarquia:

A categoria dos políticos que exercem as funções de mediação entre província (Estado) e governo central e de organizações da disputa política no âmbito regional, analisando a constituição desse tipo de ator através de um estudo centrado no caso do Maranhão, uma província (Estado) periférica do nascente Estado Nacional (REIS, 2007, p.22).

Essa consideração nos leva a perceber que a maneira como o Brasil se organizou administrativamente, na transição do Império para República, alicerçada numa essência federalista, se baseou muito mais num compromisso entre grupos oligárquicos locais e o poder executivo central. Estas relações construídas até então ajudam a explicar a forte tradição oligárquica da política maranhense, herança presente até dos dias atuais.

Diante disso, resgatar as especificidades da política maranhense nos anos 1950 e 1960, auge da experiência trabalhista no país, se tornar uma tarefa mais exitosa no sentido de que podemos conceber esse período histórico a partir da dinâmica relação entre interesses privados e públicos a partir das ligações entre as esferas regionais e o poder central. Sendo assim, cabe-nos localizar a prática política local entre o período de 1945 a 1964.

Com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas terminava também o período de gestão dos interventores¹⁹ nos Estados. Essa mudança obviamente trouxe consideráveis mudanças nos ditames administrativos regionais, no Maranhão esse processo não foi diferente. Existe na historiografia maranhense uma leitura hegemônica de que durante o período de redemocratização, pós-1945, o interventor Paulo Ramos não conseguira estender sua influência política aos anos seguintes, como afirma o historiador Wagner Cabral:

Com efeito, Paulo Ramos não foi bem sucedido na montagem de uma engrenagem que lhe desse sustentação política após a queda do Estado Novo, tendo renunciado ao cargo e ingressado no PTB, legenda pouco

¹⁹ Prática política adotada por Getúlio Vargas para designar correligionários para os governos das federações sem processo eleitoral qualquer.

expressiva a nível regional, pela qual foi eleito para um único mandato parlamentar (deputado federal, 1950/1954) (CABRAL, 2006, p.35).

Reforçando essa tese, Flávio Reis aprofunda no sentido de apontar a decadência política do interventor Paulo Ramos e destacar a ascensão de Victorino Freire, estudante de direito pernambucano que faria carreira política no Estado do Maranhão:

No Maranhão, Paulo Ramos, ao contrário de outros interventores do Nordeste, não conseguiu comandar o processo eleitoral na saída do Estado Novo. Pediu demissão quando percebeu que se desenhava a influência decisiva do pernambucano Victorino Freire na política estadual, devido a sua proximidade com Gaspar Dutra, o candidato indicado para a presidência por Vargas (REIS, 2007, p.214).

Figura mais representativa do PSD, legenda partidária de grande projeção nacional e responsável pela sustentação dos mandonismos locais, Victorino Freire se tornara figura hegemônica na política maranhense até o ano de 1965, quando José Sarney se elege pelo Governador do Maranhão. Nesse ínterim (1945 a 1965), o habilidoso político pernambucano conseguirá reorganizar as bases locais do PSD para as eleições de 1945, logrando êxito nas mesmas ao eleger dois senadores, seis deputados federais, além de ser primordial na escolha do então novo interventor no Maranhão, Saturnino Bello.

A supremacia política vitorinista nem de longe navegou por águas tranquilas, sua dominação era contestada constantemente através de sistemáticas ações de oposição. Dentro do próprio partido se enfrentava resistência ao seu poder, o que posteriormente acabou influenciando em sua saída momentânea para uma legenda de aluguel (Partido Proletário Brasileiro), o resultado dessa crise é relatado na fala de Flávio Reis:

Depois da vitória em 1951, ele recuperou a sigla do PSD, montando uma máquina política famosa pelos atos de violência e manipulação das eleições, capaz de assegurar uma cadeira senatorial ao conhecido empresário das comunicações Assis Chateaubriand, derrotado na terra natal, a Paraíba, mas imprescindível para os políticos nacionais do PSD, às voltas com a costura da candidatura de Juscelino Kubitschek. (REIS, 2007, p.218).

No entanto, esse não foi o único momento que Victorino Freire enfrentou resistência política. Os arranjos partidários de oposição se movimentavam a todo instante no sentido de retirar forças e cargos do político pernambucano. As chamadas Oposições Coligadas, frente política de contestação à hegemonia vitorinista, aglutinavam diferentes quadros políticos locais, desde os mais tradicionais, alijados do

poder, até os mais novos, como o então advogado e escritor José Sarney. Sobre essa corrente política Wagner Cabral disserta:

As Oposições Coligadas se apresentaram em todos os pleitos ocorridos no período 1950/1965, tendo uma composição partidária variável segundo as conjunturas. Conforme definição elaborada por Neiva Moreira, a coligação não era de esquerda, porém “representava um passo à frente no quadro político e social do estado, dominado pelas oligarquias rurais”. Era “inegavelmente um movimento progressista”, apoiado virtualmente por todos os sindicatos de São Luís (“inclusive os mais atuantes, como o dos Estivadores e Comerciantes”), desfrutando de “uma grande simpatia no seio da classe média e das populações marginalizadas dos subúrbios” (CABRAL, 2006, p. 38).

No seio das Oposições Coligadas estava o Partido Social Progressista (PSP), segunda maior legenda estadual e capitã do movimento oposicionista. Vale pontuar o papel de destaque de Adhemar de Barros no processo de financiamento do partido, governador paulista que era a maior referência nacional do partido. Embora jamais tivesse alçado ao cargo de maior poder político do estado, as Oposições Coligadas conseguiram eleger vários nomes para os cargos do legislativo.

Porém, o feito de maior projeção histórica dessa frente de oposição a Victorino Freire foi articular a famosa Greve de 1951. Esse movimento grevista se deu em protesto à posse do então novo governador Eugenio Barros²⁰ do PSD, e apadrinhado político de Victorino. Apontada pelos jornais da época como a “Rebelião do Maranhão”, alçando a cidade de São Luís ao patamar de “Ilha Rebelde”, a greve de 1951 paralisou a capital maranhense em dois momentos: fevereiro/março (por volta de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias).

A grande mobilização de pessoas contra ações do grupo político de Victorino Freire gerou confrontos que resultaram depredações, prisões e mortes. A repercussão foi das maiores, o desgaste da oligarquia vitorinista também. No entanto, o protesto liderado pela frente oposicionista foi derrotado após dias de conflito. Posterior à revolta,

²⁰ Foi um advogado, promotor público e político brasileiro. Vereador à câmara municipal da capital maranhense São Luís entre 1947 a 1950, Deputado Estadual de 1950 a 1954, Deputado Federal de 1954 a 1958 e de 1958 a 1962, pelo PSD. Em 1954, renuncia à suplência de senador para possibilitar a eleição de Assis Chateaubriand ao Senado pelo Maranhão, em 1955. No governo de Matos Carvalho, ocupa a secretaria de Interior, Justiça e Segurança, no exercício da qual se habilita a candidatar-se a governador. Vitorioso no pleito de 1960 juntamente com o seu vice na chapa Alfredo Duailibe. Ele foi o último governador eleito pelo grupo chefiado à época pelo o Senador Vitorino Freire, com quem rompe em 1964. (Fonte: <https://www.blogsoestado.com/buzar/2014/10/05/os-governadores-do-maranhao-de-1947-a-2014os-maranhenses-saberao-hoje-o-nome-do-governador-que-assumira-o-comando-do-poder-executivo-estadual-a-1o-de-janeiro-de-2015-da-redemocratizacao-do-pais-19/>).

Eugenio Barros continuou seu mandato. Logo depois o Estado do Maranhão foi governado por Alderico Novaes Machado, Eurico Ribeiro e José de Matos Carvalho, todos com mandatos curtos e de pouca relevância histórica, a não ser o fato de que estes eram também ligados a Victorino Freire.

A última mostra de poder por parte de Victorino Freire na política maranhense foi arquitetar a chegada de Newton de Barros Belo²¹ ao governo do Maranhão em 1961. Sobre este período Flávio Reis nos traz importante contribuição:

O domínio de Victorino Freire na política maranhense esteve marcado por uma sucessão de crises políticas, enfrentando constantes dissidências dentro do PSD e conseguindo contornar o cerco ao Palácio dos Leões graças a manobras quase inacreditáveis na Assembleia Legislativa e no Judiciário, sempre referendadas nos altos escalões da República. A conjunção do enfraquecimento no plano nacional, devido à crise do esquema de sustentação do PSD, e o rompimento com o governador Newton Bello, um dos vários que surgiram à sua sombra, formam o quadro de derrocada do vitorinismo (REIS, 2007, p.218).

Como podemos perceber o período em que se inicia o processo de decadência política de Victorino Freire, figura hegemônica e de maior representação do mandonismo oligárquico local nas décadas de 1950 e 1960, auge da experiência trabalhista nacional, se dá paralelamente ao momento em que ascende à presidência da República João Goulart do PTB, evento que vai mudar e reorganizar a política como um todo no Brasil.

Neste sentido, a historiografia traz uma importante contribuição no que se refere aos estudos acerca do trabalhismo como experiência nacional-estatista percebida em uma grande estrutura, assim como sobre o período do governo João Goulart e o golpe de 1964, e também acerca da dinâmica política do Maranhão durante esses anos. Com intuito de estreitar os laços entre saber acadêmico, representado pelas pesquisas abordadas e revisadas neste espaço, e o saber escolar, objeto de análise do próximo

²¹ Foi um advogado, promotor público e político brasileiro. Vereador à câmara municipal da capital maranhense São Luís entre 1947 a 1950, Deputado Estadual de 1950 a 1954, Deputado Federal de 1954 a 1958 e de 1958 a 1962, pelo PSD. Em 1954, renuncia à suplência de senador para possibilitar a eleição de Assis Chateaubriand ao Senado pelo Maranhão, em 1955. No governo de Matos Carvalho, ocupa a secretaria de Interior, Justiça e Segurança, no exercício da qual se habilita a candidatar-se a governador. Vitorioso no pleito de 1960 juntamente com o seu vice na chapa Alfredo Duailibe. Ele foi o último governador eleito pelo grupo chefiado à época pelo o Senador Vitorino Freire, com quem rompe em 1964. (Fonte: <https://www.blogsoestado.com/buzar/2014/10/05/os-governadores-do-maranhao-de-1947-a-2014os-maranhenses-saberao-hoje-o-nome-do-governador-que-assumira-o-comando-do-poder-executivo-estadual-a-1o-de-janeiro-de-2015-da-redemocratizacao-do-pais-19/>).

capítulo, é que se faz necessário analisar o contexto histórico do período para que sirva de substrato teórico do professor de história em sala de aula.

A partir do momento que existir esta aproximação entre o campo teórico da historiografia sobre o tema (governo João Goulart) e os aspectos metodológicos de ensino (livro didático e jornais), existirá a real possibilidade de alteração, dentro da proposta desta pesquisa, de se construir uma nova reconfiguração da prática pedagógica para o ensino de História na educação básica.

CAPÍTULO 2 - OS JORNAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA NO MARANHÃO: OS PERIÓDICOS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA.

Neste momento do trabalho uma maior atenção será dada ao Ensino de História e à importância dos jornais impressos não apenas como ferramenta pedagógica, mas como fonte histórica e objeto de análise histórica. Diante disso, faz-se necessária uma breve revisão dos aspectos históricos relacionados ao ensino de História.

Para isso, é também de extrema importância discutir a utilização dos jornais no Ensino de História como uma temática e exigência recorrente nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, em que se exalta a interdisciplinaridade e a ampliação das ferramentas e recursos pedagógicos para a abordagem dos conteúdos históricos a serem ministrados pelos alunos da Educação Básica.

Na primeira seção iremos destacar a importância do livro didático para o Ensino de História, ressaltando a sua eficácia tanto como um objeto de estudo, quanto uma ferramenta pedagógica. Enfatizaremos a relação entre a produção acadêmica relacionada ao livro didático, como também o seu papel como recurso primordial de aprendizado em sala de aula, constituindo-se na maioria das vezes como a única referência teórica disponível para o estudante da Educação Básica.

Para complementar, também será analisada as novas atualizações acerca do papel dos jornais como ferramenta de ensino, mas também como fonte histórica para o processo de pesquisa acadêmica. Tal diálogo se faz extremamente necessário no sentido de proporcionar ao leitor de tal proposta pedagógica um arcabouço teórico no sentido de promover uma capacidade crítica em relação à utilização de jornais em sala de aula, auxiliando professores e alunos.

Para finalizar o capítulo, disponibilizaremos uma reflexão sobre os livros didáticos utilizados na rede pública do estado do Maranhão. Cabe salientar que os materiais analisados foram escolhidos em relação à relevância das instituições escolares de nossa região. Para isso, reduzimos nossa abordagem às escolas Benedito Leite, Centro de Ensino João Francisco Lisboa e Liceu Maranhense.

Esse tipo de exercício é primordial tendo em vista as lacunas que todos os materiais deixam em relação à abordagem do tema João Goulart, como também da limitação metodológica que se restringe na maioria das vezes ao livro didático apenas, deixando de lado alternativas que poderiam enriquecer e facilitar a aprendizagem sobre o tema.

2.1. O livro didático de História: fonte histórica e ferramenta pedagógica

Um dos objetivos neste espaço do texto é discutir criticamente alguns livros didáticos utilizados na rede pública como forma de esclarecer esse distanciamento entre saber acadêmico e saber escolar dentro do ensino de História no Estado do Maranhão. Ao adotarmos esse tipo de recurso documental, devemos estar totalmente cientes da complexidade do manuseio deste tipo de material. Primeiramente, precisamos reconhecer que esse objeto de pesquisa remete as questões externas ao próprio livro. Enquanto objeto cultural e político, reflexo de intensas relações de poder e saber, essas obras se constituem espaços de disputas políticas e relações de poder.

Célia Rocha em *O livro didático como fonte documental de pesquisa para a investigação do discurso eugênico na educação (1946-1961)* afirma de maneira pontual o quão é complexo trabalhar com esse tipo de instrumento no que se refere à necessidade de ultrapassar os limites físicos do manual didático:

Todo este deslocamento torna a pesquisa com este tipo de fonte, extremamente complexa, principalmente na perspectiva histórica, onde o manual escolar quando utilizado, seja como fonte, seja como objeto de pesquisa exige que sua análise contemple um diálogo tanto com a educação, quanto com a história, a ciência, o social e a cultura. (ROCHA, 2015, p.2)

Partindo dessa perspectiva, entende-se o livro didático como um objeto de estudo diversificado, tendo em vista sua pluralidade. Este pode ser lido como um produto político, cultural, mercadológico, ou seja, um suporte de métodos e conhecimentos que transmite valores, ideologias e culturas.

Contribuindo com o debate relativo ao uso do livro didático como fonte primária na pesquisa histórica, temos o trabalho de André Mendes Salles, intitulado *O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional*. O autor, ao longo do seu artigo, sustenta a tese de que o manual didático, lido como fonte documental, apresenta múltiplas possibilidades de pesquisa e interpretação. Assim, o autor defende que devemos encarar o livro didático não só como um simples manual escolar, mas também como um "complexo objeto cultural que enseja novas possibilidades de pesquisa" (SALLES, 2011, p. 1). Neste sentido, vale ressaltar o amplo leque de peculiaridades relativas ao período histórico que o livro didático faz referência, pois podemos compreender, a partir do estudo dessa fonte, a história da educação em aliança com o entendimento da sociedade vigente.

Corroborando com a ideia de Mendes Salles de que o livro didático representa um avanço teórico-metodológico, temos o importante trabalho de Rosa Lydia Teixeira Corrêa. Em *O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação*, a professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Campinas) compreende seu objeto de estudo como um "possuidor de valores transmitidos num dado momento histórico ao mesmo tempo em que é portador de um projeto de nação a ser construído por meio da educação escola." (CORRÊA, 2000, p.11).

Outras questões referentes ao estudo do livro didático como fonte histórica merecem ser destacadas. Podemos apontar duas importantes variantes segundo Alain Choppin em *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte indicam sérias problemáticas teórico-metodológicas*. A primeira delas relaciona-se à própria definição do objeto, o que se traduz muito bem na diversidade do vocabulário e na instabilidade dos usos lexicais. Na maioria das línguas, o "livro didático" é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações, tanto mais que as palavras quase sempre sobrevivem àquilo que designaram por um determinado tempo (CHOPPIN, 2004, p.549).

A segunda se refere ao caráter recente dessa área de pesquisa, pois, segundo o próprio autor:

A segunda dificuldade diz respeito ao caráter recente desse campo de pesquisa: as obras de síntese ainda são raras e não abrangem toda a produção didática nem todos os períodos; a produção científica que trata especificamente da história da literatura e das edições didáticas constitui-se essencialmente de artigos (geralmente capítulos de livros) publicados em revistas ou livros (de uns tempos para cá também em sites) onde, na maior parte das vezes, ninguém pensaria em procurá-los (CHOPPIN, 2004, p.550).

Conclui-se, a partir dessa leitura, que houve uma mudança de perspectiva na abordagem desse tipo de fonte. Antes tido apenas como manuais ideológicos e culturais, hoje muitos pesquisas refletem acerca do livro escolar também como instrumentos pedagógicos e didáticos pautados em interesses direcionados ao campo comercial.

Circe Maria Bittencourt, outra grande estudiosa da educação, traz notáveis reflexões acerca do livro didático, levantando aspectos não tocados em nosso debate até então. Em comparação com outras obras impressas, a partir de seu trabalho *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*, a professora da Universidade de São Paulo (USP) destaca as peculiaridades inerentes à produção do livro didático. No

que se refere à produção, circulação e manuseio desse tipo de material, destaca a relevância da autoria, elemento fundamental no processo de escrita e fabricação do livro. Ao pontuar a necessidade de leitura da ficha técnica dos autores, tarefa metodológica básica para todo pesquisador desse tipo de objeto, acaba por comprovar que:

A autoria do livro didático tem passado por transformações ligadas às especificidades desse produto cultural, notadamente o retorno financeiro considerável que ele traz, sobretudo no caso de países como o Brasil, com um expressivo público escolar e um mercado assegurado pelo Estado na compra e distribuição de livros para as escolas públicas (BITTENCOURT, 2004, p.477).

Sendo assim, é fundamental estabelecermos esse tipo de reflexão sobre os livros didáticos no sentido de proporcionar uma capacidade crítica cada vez maior em relação a esses manuais tão importantes no processo de ensino-aprendizagem. É muito significativo fomentar esse tipo de problematização no caminho do entendimento sobre o papel não só dos livros didáticos de História, mas também do espaço que eles podem deixar para que se utilizem outras ferramentas pedagógicas, como no caso dos jornais, objeto de nossa próxima análise.

2.2. Mídia impressa e Ensino de História: novas ferramentas pedagógicas

O gênero textual popularmente se conhece a partir das diferentes linguagens empregadas em forma de texto, podendo ser formais ou informais. Dentro deste segmento podemos identificar o romance, o artigo de opinião, conto, notícia, e até mesmo os debates, aulas e palestras, sob a forma oral. Partindo desta leitura, podemos apontar que a imprensa, através do texto escrito nos jornais, também se enquadra como uma importante linguagem textual, desde a sua invenção até os dias atuais.

A partir do momento que fazemos uso da linguagem textual como arcabouço documental para a investigação histórica, como é o caso da utilização dos jornais no contexto do governo Goulart e da ditadura, precisamos reconhecer a importância da operação historiográfica para tal. E quando falamos desse tipo de exercício, Michel de Certeau (2002) traz uma importante contribuição no que se refere ao estabelecimento das fontes:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato

de copiar, transcrever ou fotografar objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, 2002, p. 81).

O ato de definir um documento específico como fonte para uma pesquisa, através de ações concatenadas, mediante um delineamento temporal e temático, exige por parte do historiador uma operação de caráter técnico. Nos dias de hoje, isso requer um cuidado ainda maior, tendo em vista que, nos tempos passados e atualmente, o estabelecimento de um arquivo enquanto fonte é reflexo de uma combinação de lugar (biblioteca, arquivo e etc), aparelho e técnica.

Quando tratamos especificamente dos meios de comunicação, particularmente de jornais, sejam eles digitais ou impressos, vale destacar que durante muito tempo a noção predominante na história era não fazer uso desses recursos documentais. Com o surgimento da "Nova História", advinda da Escola dos Annales, afirmava-se que qualquer manifestação humana poderia se constituir fonte histórica, surgindo assim novos olhares, abordagens e questionamentos em contraponto à visão rankeana tradicional do século XIX, de caráter determinista e estritamente política.

Seguindo essa evolução no campo da história, ainda na metade primeira do século XX, os jornais passavam a se apresentar como primordiais elementos da operação historiográfica. Reforçando essa tese, temos o notório trabalho de Tânia Regina de Luca, em artigo intitulado *História dos, nos e por meio dos periódicos*, contido no livro *Fontes Históricas*. Neste texto se afirma que a função desempenhada pelos jornais, em qualquer momento da história, mas especialmente em períodos de regime autoritário, produz ressonância nas preocupações atuais.

Antes lidos como meros recursos secundários na elaboração histórica, os jornais, no decorrer da contemporaneidade, ganharam protagonismo. Logo, para melhor historização dessas fontes, algumas condições se fazem necessárias, como afirma Tânia de Luca:

Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas como fontes históricas (DE LUCA, 2008, p.139).

Corroborando com a valorização dos impressos como arcabouço documental para a historiografia, afirmamos que a utilização da imprensa servia apenas para sustentação

de algo afirmado por uma fonte tida como "oficial". Manusear periódicos traz benefícios para a produção historiográfica, pois estes, enquanto objetos de estudo, são instrumentos de intervenção social e manipulação em prol de diversos interesses, e essas intenções precisam identificadas.

Com a expansão dos cursos de graduação em comunicação a partir da década de 1970, o jornalismo passou a ganhar mais destaque na sociedade brasileira e esse movimento seguiu também para o campo dos estudos históricos. Passou-se a valorizar ainda mais o papel dos jornalistas que escreviam sobre história e também dos próprios jornais enquanto recurso para investigações históricas.

Já destacada a relevância dos periódicos como recurso para a operação historiográfica, faz-se justo estabelecer uma sucinta reflexão acerca das diversas mudanças na imprensa brasileira entre as décadas de 1950 e 1970, período da história brasileira que está inserido o recorte temporal de nossa pesquisa. Este exercício se deve ao fato do jornalismo brasileiro ter mudado consideravelmente no caminho de uma linguagem mais objetiva, passando a notícia a ocupar bem mais espaço que a opinião, tendência em eclosão na Europa e Estados Unidos pós II Guerra.

Vale apontar ainda que na transição da primeira para a segunda metade do século XX o país passava por importantes mudanças estruturais, sociais, políticas e econômicas. O Brasil estava deixando de ser um país rural para se tornar urbano e, sem sombra de dúvidas, essas alterações influenciaram na imprensa nacional. Atestando isso, temos a significativa leitura de Alzira Alves de Abreu em *As mudanças na imprensa brasileira: 1950-1970*:

As mudanças que ocorreram na estrutura produtiva do país com a maior diversidade da atividade produtiva, em especial da indústria, permitiram a formação de uma sociedade de consumo em que cada setor da cultura se desenvolveu de forma diferenciada. O teatro, o cinema, o rádio, a televisão, o disco, a publicidade e as editoras foram se estruturando como indústria de massa ao longo da década, para atingir nas décadas seguintes, a configuração de uma indústria de bens culturais (ABREU, 2008, p. 468).

Outra transformação significativa se deu na forma de financiamento dos principais veículos de comunicação de massa do país. Até os anos 1940, o Estado brasileiro era majoritariamente patrocinador dos principais jornais brasileiros, no entanto, após o Estado Novo esse movimento muda. Agora, os chefes de redação e donos de periódicos passariam a angariar fundos na iniciativa privada, e isso muda completamente a maneira

de se elaborar notícias, formar opinião e até mesmo no que se refere aos aspectos técnicos e estéticos dos jornais.

A grande imprensa brasileira durante os anos 1930 e 1940 dependia diretamente das benesses estatais. No entanto, essa dinâmica muda a partir dos anos 1950. Grandes jornais como *Última Hora*, as empresas Roberto Marinho e os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, recebiam financiamentos e empréstimos a juros do Banco do Brasil.

Paralela a essas mudanças no campo financeiro, o país passava por uma profunda efervescência política, advinda da ampliação dos espaços de atuação e manifestação das classes trabalhadoras, movimentos sociais e entidades estudantis. A agitação saiu das ruas, sindicatos, universidades e chegou às redações dos grandes jornais brasileiros:

Os anos 50-60 conheceram o apogeu do jornalismo político, que acompanhava as reivindicações e contestações político-ideológicas. A conjuntura nacional foi toda ela marcada pelo engajamento político, que se expressava por ações em prol de uma sociedade mais justa e mais igual, a ser alcançada por meio de um regime democrático ou de um regime socialista, de acordo com a orientação de cada movimento (ABREU, 2008, p. 469).

Até a década de 1960 a imprensa brasileira era hegemonicamente partidária e personalista, ou seja, comumente grandes jornais estavam ligados a importantes nomes do cenário nacional, como também a partidos e grupos políticos. Os periódicos "refletiam os interesses ideológicos dos partidos, faziam parte de uma imprensa que tinha uma concepção missionária de sua atividade" (ABREU, 2008, p.470). Além disso:

Os jornais gravitavam em torno da personalidade do dono ou do redator-chefe do jornal: falava-se no jornal do Lacerda (*Tribuna da Imprensa*), do Samuel Wainer (*Última Hora*), do Roberto Marinho (*O Globo*), do Macedo Soares (*Diário Carioca*), do Paulo Bittencourt (*Correio da Manhã*) (ABREU, 2008, p. 470).

Citadas e analisadas as principais mudanças na imprensa brasileira, além de ressaltarmos a importância dos arquivos jornalísticos como fontes históricas no exercício da operação historiográfica, objetiva-se agora explorar o papel dos jornais, digitais ou impressos, como recurso pedagógico em sala de aula. É seguindo esse movimento que o próximo tópico do texto vai tratar.

Após a superação de uma leitura hegemônica de que ao longo do século XIX, tanto jornais quanto livros didáticos eram documentos pouco apropriados para o desenvolvimento de reflexões sobre o passado, amplia-se de forma considerável o

número de trabalhos acadêmicos que procuraram utilizar estas fontes não apenas como arcabouço documental, mas também objeto central de análise. No entanto, com o processo de inovação teórica e metodológica a respeito das operações historiográficas, este arcabouço documental passou a se constituir primordial recurso de análise histórica.

A atualização metodológica e temática advém da renovação trazida pela Escola dos Annales. A terceira geração dessa corrente de historiadores propôs novos problemas, abordagens e métodos de pesquisa. A interdisciplinaridade ganhava espaço no trabalho do historiador. Dialogar com as áreas afins como a filosofia, sociologia, ciência política e antropologia conduzia o historiador de formação a refletir sobre as suas fronteiras de atuação.

Consequentemente, a ampliação do espaço de investigações históricas, junto das renovações temáticas, processos oriundos da difusão dos estudos culturais a partir do abandono da macro-história, propiciaram aos historiadores uma nova leitura sobre o documento, e também suas diferentes análises a partir da ampliação da noção de fonte histórica. Em concordância com essa tendência, temos a renovação trazida pelo marxismo através das obras de intelectuais do porte de Eric Hobsbawm, Perry Anderson e Raymond Williams.

Tanto a *New Left Review*²² quanto a Escola dos Annales objetivaram o deslocamento do eixo de análise histórica. A partir da década de 1960, historiadores do mundo ocidental, influenciados por essas duas tendências teóricas, começaram a desenvolver a chamada “História vista de baixa”, a partir experiência dos derrotados, ou melhor, dizendo, dos sujeitos sociais antes excluídos do protagonismo dos eventos históricos.

Deslocava-se o centro de análise do economicismo ortodoxo para o enfoque nos aspectos culturais, alijados das operações historiográficas tradicionais. Em paralelo com esses movimentos de distanciamento da macro-história, de protagonismo dos aspectos culturais, através das mudanças metodológica, temática e reflexiva, havia o surgimento

²² A *New Left Review* é uma revista política fundada em 1960 no Reino Unido, a partir da fusão de dois outros periódicos - o *New Reasoner*, *The Universities* e *Left Review*. As duas últimas cresceram durante a crise de Suez, em 1956, e adotavam uma perspectiva marxista, rejeitando a ortodoxia "revisionista", predominante no Partido Trabalhista inglês. A *New Left Review* constituir-se-ia no porta-voz da linha de frente da *New Left* (Nova Esquerda) na Grã-Bretanha. Uma revista de 160 páginas publicada a cada dois meses a partir de Londres, *New Left Review* analisa a política mundial, a economia global, os poderes do estado e os movimentos de protesto; teoria social contemporânea, história e filosofia; cinema, literatura, arte heterodoxa e estética. Ele executa uma seção regular de revisão de livros e traz entrevistas, ensaios, comentários e editoriais assinados sobre questões políticas do dia. "Breve História da *New Left Review*" dá conta da trajetória política e intelectual da NLR desde seu lançamento em 1960. (Fonte: <https://newleftreview.org/history>).

da História imediata ou do Tempo Presente, campo de pesquisa até então exclusivo de cientistas sociais e jornalistas.

Quando nos referimos à pesquisa histórica podemos notar um amplo leque de teorias, metodologias e fontes, pois é da seara do historiador utilizar documentos oficiais, jornais, objetos, oralidade, música, cinema dentre outros no processo de elaboração histórica. No entanto, um arcabouço documental antes marginalizado pela historiografia, que atualmente está consolidado no âmbito da pesquisa histórica são os jornais impressos.

As técnicas de impressão, o lugar social da imprensa e a materialidade dos jornais são, para o intelectual, aspectos metodológicos que têm norteado a utilização desse arcabouço documental, influenciando no desenvolvimento de futuros trabalhos com diversas temáticas, recortes temporais e orientações teóricas. A partir desses elementos, cabe ao historiador examinar os discursos, localizar historicamente os sujeitos presentes no quadro gestor e nas seções dos jornais. Portanto, para melhor elaboração de pesquisas históricas se precisa que:

Um jornal, ao selecionar determinado tema, ordená-lo, estruturá-lo e narrá-lo, deixa exposto ao pesquisador o seu conteúdo, ideologia e público alvo. Assim, ao se trabalhar com uma notícia, o historiador tem como meta identificar as razões pelas quais o periódico optou por publicar determinado assunto (DE LUCA, 2008, p.140).

Com intuito de facilitar no desenvolvimento da pesquisa histórica fundamentada em jornais impressos, é imprescindível a escolha dos arquivos aos quais essas fontes estão localizadas. Temos como exemplo as próprias sedes de jornais, bibliotecas públicas ou privadas e arquivos de todos os tipos; averiguar tais condições de consulta e manuseio; observar a periodicidade dos folhetins, a impressão, e a publicidade deles; identificar os principais colaboradores e público alvo; esclarecer as fontes de receita e publicidade; e, por fim, examinar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Sabemos que muitas lacunas estão abertas no que se refere à proposta de analisar o jornal em seus aspectos diversos. Examinar o discurso jornalístico é apenas um dos caminhos, mapear o posicionamento institucional diante de determinada questão é outro. Refletir sobre os aspectos técnicos, diretivos e estéticos foi inovador no sentido de buscarmos um percurso diferente em relação ao processo de investigação da imprensa.

O estado da arte afirma que hoje os jornais são uma fonte de pesquisa consolidada e a quantidade de trabalhos utilizando este tipo de arcabouço documental reforçam essa tese. Os impressos estão sendo utilizados como elemento de reflexão histórica, em diversas temporalidades, balizadas por diferentes elaborações teóricas, não estando mais suscetíveis a exames que apenas confirmem ou sustentem aquilo presente em outras documentações.

Com isso, enfatizamos a necessidade de utilização das fontes oriundas do campo jornalístico como sustentação empírica de pesquisas que investiguem as especificidades históricas do Maranhão em relação ao governo João Goulart. O exame se dá em virtude da carência de informações presentes nos livros didáticos escolares acerca de informações sobre o Maranhão durante esse período.

A utilização dos jornais como ferramenta pedagógica tem sua recorrência e eficácia comprovadas, tendo em vista o fato destes meios de comunicação ser muito tradicionais até os dias atuais. Por estar presente em todos os estratos sociais, apresentando-se como notável fonte de pesquisa, entretenimento e informação, o jornal impresso atua em diversos aspectos através da construção de uma realidade pautada em valores e ideias.

Os dias atuais nos mostram que o campo educacional tornou-se um espaço muito fértil para os estudos dos meios de comunicação aliados às diversas disciplinas. Relacionar mídia e ensino é cada vez mais necessário no que se refere ao papel que os veículos midiáticos possuem na vida das pessoas, trazendo uma compreensão por parte dos alunos de que esse diálogo oportuniza uma formação mais cidadã e democrática, reduzindo assim todas as desigualdades sociais.

A gama de possibilidades pedagógicas no campo das mídias é bastante plural. Jornais, revistas, documentários, músicas, filmes, internet, programas de rádio e TV apresentam características e finalidades diversas. No entanto, os jornais impressos se apresentam como recurso pedagógico mais consolidado. Isso se deve muito pelo fato de que os primeiros periódicos datam, na Europa, ainda do século XVII.

A larga produção e as múltiplas possibilidades de acesso facilitam a utilização dos impressos como ferramenta pedagógica. Os jornais se tornam mais acessíveis aos professores e alunos muito por conta da não necessidade de um aparelho para sua reprodução tão como de equipamentos para sua produção e edição, como afirma Cleyton Pereira Lutz:

Os jornais também ajudam a formar o cidadão, contribuindo para que os leitores entendam seu papel na sociedade, e na formação geral do estudante, pois amplia o nível cultural dele, além de desenvolver suas capacidades intelectuais. A leitura das publicações se relaciona à necessidade dos alunos de comentar, debater e discutir assuntos tratados pela população em geral, fornecendo informações necessárias para orientar a vida política e social dos leitores (LUTZ, 2013, p.3).

Além dessas contribuições, os jornais impressos passam a se constituir, a partir de seu uso como ferramenta pedagógica, referência de utilização da norma culta da língua, proporcionando o contato tanto de alunos e professores determinado registro histórico. Mas para que estas benesses sejam alcançadas é necessária uma preparação do professor para lidar com esse tipo de recurso de ensino.

Especialmente no caso dos alunos da educação básica, ter o contato com os jornais impressos na sala de aula conduz ao contato com a língua padrão, servindo de referência para produção de textos. Para isso, é necessário que o professor identifique as diferentes formas textuais presentes nas publicações jornalísticas como o título, legenda, editorial, coluna, artigo, notícia, nota, cabeçalho, chamada, cartum, charges, gráficos e etc.

Como podemos inferir, dentro do espaço textual dos jornais, coexistem inúmeras linguagens que se diferem e ao mesmo tempo se complementam. Neste sentido, cabe ao professor ser portador dessa pedagogia relacionada à seleção de informações presentes no periódico, facilitando para que o aluno encontre, organize e analise da melhor forma as informações. Esse esforço é relevante no sentido de mostrar aos discentes os diferentes sistemas e suportes do texto jornalístico, explicando o processo de construção da notícia, bem como questionar o mito da objetividade jornalística, através da distinção entre fato e versão (LUTZ, 2013, p.4).

O processo de integração das mídias em sala de aula, e particularmente da mídia impressa jornalística, exprime um recurso pedagógico facilitador da criação, expressão e atuação política daquele discente. Ao agirem socialmente, os veículos de comunicação ultrapassam os limites ideológicos e políticos, contribuindo para o processo de percepção da realidade como também da construção de conhecimento crítico e informação, elementos essenciais no processo de ensino-aprendizagem.

Paralelo a isso, os meios de comunicação, especialmente se falando dos jornais, constituem-se, na visão marxista de Antonio Gramsci, como aparelhos privados de hegemonia. No campo de disputas entre classes para se chegar ao poder do Estado, as

relações de embate se materializam no campo da sociedade civil e, neste sentido, os grupos sociais encontram terreno para difundir suas ideologias com propósito de estabelecer uma hegemonia.

Logo, os editores responsáveis pela redação dos periódicos, os editoriais, que representam a opinião do jornal, o posicionamento institucional da empresa de comunicação, em aliança com as colunas e matérias assinadas por seus jornalistas, atua como intelectuais orgânicos, ou seja, ajudam a elaborar e nacionalizar um projeto de classe ou de frações de classes. Existe, portanto, uma busca pela hegemonia política e social através formação de necessidades de uma classe dentro da sociedade civil visando o estabelecimento destas enquanto nacionais e de todos os outros grupos sociais.

A capacidade de desenvolvimento da leitura e da produção de informações são elementos primordiais no processo de transmissão cultural propiciado pelos jornais, proporcionando diversas alternativas pedagógicas. Mesmo com essas enormes possibilidades de utilização dos jornais como recurso pedagógico dentro da educação básica, existem ainda muitas formas de resistências diretas e indiretas ao uso dessas fontes históricas em sala de aula.

Dentre essas varias objeções, temos a grande ausência de uma cultura de leitura e contato com os jornais por parte dos pais, professores e alunos, tendo em vista a grande defasagem educacional que ainda assola o nosso país, como ainda a omissão analítica das publicações através de análises técnicas e orgânicas desses jornais e, por fim, a frequente falta de critério presente no manuseio dos textos jornalísticos em classe.

Em nossa realidade atual, trazer o estudante para próximo das diversas mídias, especialmente os jornais, como já dito anteriormente, desenvolve sua capacidade crítica, tendo em vista que isso se torna atividade que contribui diretamente para a evolução tanto do aluno quando do professor.

Sabemos que não existe imparcialidade dentro do jornalismo, sem falar no fato de que os interesses financeiros ditam regras nas redações de todo o mundo através do lobby publicitário. Neste sentido, desenvolver a criticidade em sala de aula mediante análise técnica do órgão jornalístico é extremamente necessária para analisarmos os diversos discursos e projetos políticos que estão em embate dentro das empresas de jornalismo.

Neste sentido, o processo de ensino-aprendizagem em História se torna muito mais enriquecedor através da utilização de recursos didáticos variados, como no caso dos jornais. No entanto, sabemos o quanto indispensável ainda é o livro didático para o

aprendizado dos conteúdos das diversas disciplinas. Sendo assim, é fundamental estabelecer um diálogo entre essas ferramentas, perceber que elas podem muito se complementar dentro de sala de aula.

Portanto, na próxima seção será feita uma análise referente aos principais livros didáticos utilizados em algumas escolas da rede estadual de ensino no Maranhão. Esse exercício é muito necessário no que se refere ao fato de sabermos a que nível de atualidade das discussões teóricas historiográficas sobre as temáticas relacionadas ao estudo da História.

2.3 . Governo João Goulart e Educação Básica: o Ensino de História na Rede de Estadual do Maranhão.

O objetivo principal desta seção consta em elaborar uma proposta pedagógica para o professor de História do Ensino Médio fundamentada na composição de um material que utilize os jornais maranhenses para o ensino do período do governo João Goulart no Brasil. O seguinte esforço se dá no sentido de estabelecer uma alternativa para o docente que ultrapasse os limites da utilização do livro didático, geralmente o único recurso de conteúdo empregado para os alunos da Educação Básica em todo o país, especialmente no Maranhão.

Portanto, para o êxito de tal produto no que se refere ao ensino de História, é necessário que nos atualizemos em relação ao que está sendo trabalhado sobre o governo João Goulart nas escolas maranhenses. Como a rede de escolas públicas e privadas de Ensino Médio em nosso Estado é grande, buscamos selecionar de forma bastante pontual os materiais a serem analisados para a seguinte investigação.

Sendo assim, procuramos analisar os livros didáticos de História de três das principais escolas da rede pública do estado do Maranhão na capital São Luís. Por isso, as escolas Modelo Benedito Leite²³, Liceu Maranhense²⁴ e o Centro de Ensino João Francisco Lisboa (CEJOL)²⁵, antigo Centro de Ensino Governador Edison Lobão (CEGEL), foram as escolhidas para a vigente pesquisa.

²³ A Escola Modelo Benedito Leite tem grande representatividade na cidade de São Luís por ter sido fundada no ano de 1900 e conter atualmente 775 estudantes no Ensino Médio. (Fonte: <http://www.qedu.org.br/escola/33092-ce-benedito-leite/sobre>).

²⁴ O Liceu Maranhense é uma tradicional instituição de ensino médio brasileira fundada em 24 de Julho de 1838 e localizada em São Luís-MA. Atualmente ela possui uma quantidade de 2068 alunos estudando nos três níveis do Ensino Médio, constituindo-se uma das maiores escolas do estado do Maranhão. (Fonte: <http://www.qedu.org.br/escola/41246-ce-liceu-maranhense/sobre>).

²⁵ Escola com 2083 alunos de nível médio, mais 193 estudantes da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 23 estudantes de Educação Especial, representando uma das maiores instituições da rede

Conveniente ressaltar que tais instituições se localizam no centro da cidade e englobam uma quantidade muito grande de alunos, compondo o grupo seletivo das principais escolas públicas de todo o Maranhão. Logo, examinar os livros de história dessas escolas significa identificar qual ferramenta pedagógica está sendo utilizada pelos discentes das escolas de maior projeção do estado do Maranhão.

Vale ainda ressaltar o fato de que o período do governo João Goulart é estudado nos manuais didáticos de História justamente nos materiais direcionados ao terceiro do Ensino Médio. Tradicionalmente esse recorte temático está inserido no período histórico hegemonicamente conhecido como período populista e ou República Democrática, classificações que serão discutidas detalhadamente a seguir.

Deste modo, a escola Liceu Maranhense adotou como material didático de história a coleção “História”, exemplar produzido por Ronaldo Vainfas²⁶, Sheila de Castro Faria²⁷, Jorge Ferreira²⁸ e Georgina dos Santos²⁹, como podemos ver abaixo:

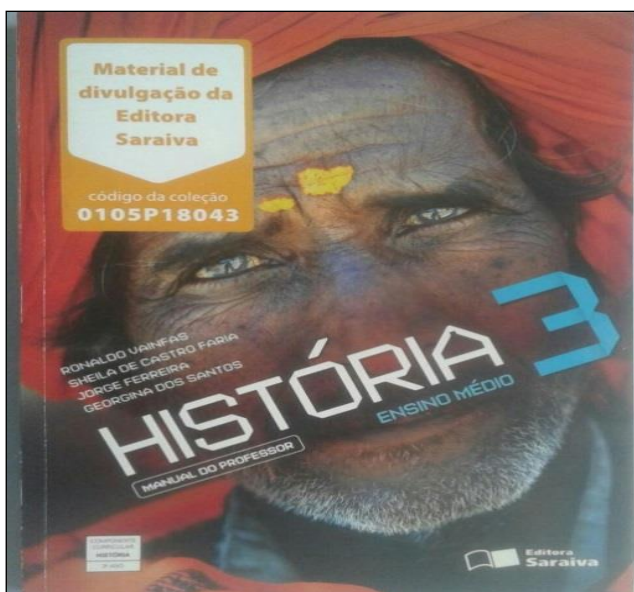
pública do estado do Maranhão. (Fonte: <http://www.qedu.org.br/escola/28159-ce-governador-edison-lobao/sobre>).

²⁶ Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (1978), mestre pela mesma Universidade em História do Brasil (1983), Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de História da UFF a partir de 1978 e Professor Titular de História moderna, por concurso público, desde 1994. Aposentado em 2015. Pesquisador do CNPq desde 1990, sendo atualmente I-A. Membro da Companhia das Índias - Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna, com projetos aprovados no PRONEX (2003, 2006, 2008, 2013). Cientista do Nosso Estado da FAPERJ em 2004, 2006, 2009 e 2014. Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em História da UERJ - Faculdade de Formação de Professores, de 2016 a 2017. Professor Visitante da Universidade Federal do Rio Grande do Norte desde 2017. Pesquisador de história ibero-americana e luso-brasileira entre os séculos XVI e XVIII, principalmente nos seguintes temas: inquisição, jesuítas, religiosidades, sexualidades, escravidão, colonização.

²⁷ Professora aposentada como Titular em História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense (1980/1983), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1986) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1994). Temas principais: escravidão, alforria, História da família, cultura material, história do cotidiano e cafeicultura escravista, no Brasil Colonial e Imperial.

²⁸ Possui graduação (1982) e mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1989) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal Fluminense e tem bolsa de produtividade em pesquisa 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É pesquisador da FAPERJ no Programa Cientistas do Nosso Estado. Tem experiência na área de História do Brasil República, com ênfase nos estudos de História Política e História Cultural.

²⁹ Georgina Silva dos Santos graduou-se em História na UFF em 1990. No ano seguinte, ingressou no curso de pós-graduação da mesma instituição, obtendo o grau de mestre, em 1995, com o estudo A Senhora do Paço - o papel da rainha na construção da identidade nacional portuguesa (1282-1557). Doutou-se em História pela Universidade de São Paulo, em 2002, com a tese Ofício e Sangue - a Irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna, publicada, em 2005, pela Editora Colibri de Lisboa. Ganhou o Prêmio Primeiros Projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) com sua investigação sobre os oficiais mecânicos de Lisboa durante o Antigo Regime. Integra o Departamento de História da UFF desde 1993, no qual lecionou História Medieval durante dez anos. É autora de artigos sobre o imaginário político português nas épocas Medieval e Moderna; a arte de sangrar no Portugal Moderno; as irmandades de ofício na Lisboa quinhentista e outros temas relacionados à história sociocultural lusa. Atualmente, ministra disciplinas de História Moderna na UFF e dedica-se ao estudo do criptojudáismo nos conventos portugueses durante o século XVII.



- Imagem 1: Capa do Livro HISTÓRIA (Editora Saraiva).

- Fonte: Vainfas et al, 2017.

Fundamental apontar que existe outro critério de suma importância levado em consideração para a escolha destas fontes, que é a vigência do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que segundo o governo brasileiro consiste em:

(...) avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, p.01, 2018).

Convém destacar que a execução do PNLD se realiza de maneira alterada, ou seja, os quatro segmentos (Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) são atendidos em diferentes ciclos. Sobre isso, explica o Ministério da Educação:

Os seguimentos não atendidos em um determinado ciclo, recebem livros, a título de complementação, correspondentes a novas matrículas registradas ou à reposição de livros avariados ou não devolvidos. Além dos seguimentos, no âmbito do PNLD, podem ser atendidos estudantes e professores de diferentes etapas e modalidades, bem como públicos específicos da educação básica, por meio de ciclos próprios ou edições independentes. Com relação à compra e à distribuição dos materiais e livros didáticos selecionados pelo Ministério da Educação, no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB), é importante ressaltar que são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cabendo a este

órgão também a logística do provimento e do remanejamento dos materiais didáticos para todas as escolas públicas do país cadastradas no censo escolar. (BRASIL, p.01, 2018)

Nesta lógica, as escolas que queiram adotar exemplares contidos no programa deverão participar do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), desde que a rede tenha aderido formalmente ao PNLD. A distribuição dos materiais se estabelece por meio de contrato entre:

(...) o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das Secretarias Estaduais de Educação. Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros. (BRASIL, p.01, 2018)

Destarte, os livros didáticos são distribuídos de acordo com a análise relacionada às projeções do censo escolar referente aos dois anos anteriores ao ano do programa vigente. Logo, as informações obtidas no exame são necessárias para explicar às variações entre números de livros e alunos.

No caso do Liceu Maranhense, o exemplar referente ao manual do professor é produzido pela Editora Saraiva³⁰ e apresenta no início de cada unidade uma imagem e

³⁰ A Editora Saraiva inicia sua história em 1914, quando Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva, um imigrante português, fundou no Largo do Ouvidor, em São Paulo, uma pequena livraria destinada ao comércio de livros usados. Em virtude da localização da livraria, muito próxima à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, do interesse pessoal e conhecimento da literatura jurídica que o Sr. Joaquim Saraiva possuía, a então denominada "Livraria Acadêmica" tornou-se conhecida dos professores e estudantes de direito frequentadores da região e especializou-se no comércio de livros jurídicos, que representa, até os dias de hoje, um segmento importante nos nossos negócios. Em 1947 a empresa transforma-se em sociedade anônima, com a denominação Saraiva S.A. - Livrários Editores. Um grande número de ex-estudantes encaminha-se à livraria para subscrever ações da empresa em homenagem ao seu fundador, o Conselheiro Saraiva. A partir de 1970, passamos a editar Livros Didáticos e Livros Paradidáticos e, em 1972, a Saraiva transformou-se numa companhia aberta. Ao longo dos anos 70, o processo de crescimento e formação de uma rede de lojas se iniciou concretamente com a abertura da segunda Livraria Saraiva, na Praça da Sé, marco central da capital de São Paulo. Na década de 80, com o crescimento do número de títulos publicados, viabiliza-se um serviço próprio de distribuição de livros da Editora Saraiva. Em 1983, iniciou-se o processo de expansão da rede de estabelecimentos da Livraria, com a abertura de diversas lojas em outros estados brasileiros e em shopping centers. Enquanto que nos anos 90, reafirmando seu pioneirismo com as publicações jurídicas, a Saraiva passa a editar livros paradidáticos, obras de complementação do ensino das diversas matérias que compõem o currículo do ensino Fundamental e Médio. Ao final da década, a Saraiva passa a editar livros nas áreas de Administração, Economia e Marketing destinados ao currículo do ensino de terceiro grau. Enquanto a unidade de varejo abre a primeira de uma série de megalivrarias, totalmente informatizadas. Atualmente, após grande mudança nas atividades da Saraiva, com a venda dos ativos editoriais, o que permitiu um

epígrafe referentes aos principais temas que serão abordados nela listados em forma de quadro-resumo. Esta parte traz uma citação do historiador Eric Hobsbawm e as temáticas que serão trabalhadas como: Guerra Fria, nova ordem mundial, socialismo soviético, revoluções chinesa, cubana e iraniana, contracultura, guerra do Vietnã, descolonização afro-asiática, conflitos no Oriente Médio, ditaduras na América latina e democracia no Brasil.

Imagem 2 - Liceu Maranhense

Fonte: <http://www.suacidade.com/2013/0216/liceu-vai-chamar-excedentes-para-ingressarem-no-ensino-medio>.



A ilustração abaixo remete à unidade que está inserida o tema governo João Goulart:

Imagem 3 – Capa da unidade



Fonte: Vainfas et al, 2017, p. 126.

Cada capítulo se inicia com um texto introdutório, um questionamento abordando conhecimentos prévios (esta parte se intitula *Puxando pela memória*) e a exibição de uma imagem relativa ao conteúdo a ser trabalho, como podemos ver:

foco 100% dedicado às atividades do varejo, que englobam as lojas físicas e o e-commerce. (http://www.saraivari.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=49680).

Imagem 4 - Capa do capítulo 12 “O Brasil e a república”.



Fonte: Vainfas et al, 2017, p. 199.

Outras seções apresentam muito importância dentro do livro como a “Outra dimensão” e “Imagens contam a história”. A primeira é um complemento ao tema central do capítulo trazendo temas mais aprofundados como conflitos sociais, representações, cidadania, cotidiano, linguagens, economia e cultura. Na segunda se trata da proposição de análise sobre as imagens referentes ao capítulo, exercendo a atividade de interpretação das fontes históricas.

Imagem 5 - Seção “Imagens contam a História”



Fonte: Vainfas et al, 2017, p. 216.

Imagem 6 - Seção “Outra dimensão”

OUTRA DIMENSÃO CIDADANIA

Direitos políticos e direitos civis

O período que se iniciou com a promulgação da Constituição de 1946 e terminou com o golpe de 1964 foi a primeira experiência democrática no Brasil. Durante essa experiência, houve avanço dos direitos de cidadania.

A grande novidade foram os direitos políticos. A população elegeu, pela primeira vez, presidentes da República, governadores de estados, prefeitos, deputados federais e estaduais, senadores e vereadores por meio do voto direto e secreto. Os partidos políticos tornaram-se nacionais, com programas definidos. Mas houve também restrições aos direitos políticos, como o impedimento do voto aos analfabetos e a cassação do Partido Comunista.

Quanto aos direitos civis, houve avanços importantes. A liberdade de imprensa, religiosa e de organização, bem como a livre expressão de pensamento e de opinião, foram garantidas nesse período. Contudo, para a população pobre e trabalhadora, os direitos civis mantiveram-se precários em muitos aspectos. As discriminações contra negros e mulheres também permaneceram. O acesso à justiça, por exemplo, continuou sendo privilégio das elites devido ao alto custo e à demora dos processos judiciais.

Em resumo, após conquistar seus direitos sociais nos anos 1930, a sociedade brasileira teve acesso aos direitos políticos. No entanto, a conquista plena dos direitos civis ainda levaria muito tempo.

- No Brasil os debates sobre direitos de cidadania dão ênfase aos direitos sociais e políticos, mas não tanto aos direitos civis. Cite alguns direitos civis fundamentais e avalie a importância deles na vida em sociedade.

Fonte: Vainfas et al, 2017, p. 203.

Encerrando o campo de seções temos ainda o “Roteiro de estudos” que nada mais que uma proposta de atividades para professor e alunos. Trazendo textos e fontes documentais, a seção “Investigando o documento” seleciona importantes materiais para o auxílio da aprendizagem. E, por fim, a seção “Conversa de historiador” traz discussões do campo da historiografia sobre o tema, mostrando para os alunos as diversas vertentes historiográficas sobre determinado tema.

Imagem 7 - Seção “Conversa de historiador”

CONVERSA DE HISTORIADOR

A Terceira República (1945-1964)

A Constituição de 1946 inaugurou o regime de democracia liberal no país, também chamada de democracia representativa. Alguns historiadores, como Angela de Castro Gomes, referem-se ao período entre 1945 e 1964 como Terceira República, interpretada como a primeira experiência democrática da República brasileira.

Retomar o período da experiência liberal-democrática de 1945-64 é uma oportunidade de explorar o momento em que a sociedade brasileira viveu sua primeira experiência de eleitorização da política. Ou seja, o período em que conheceu partidos políticos nacionais e de massa; em que experimentou eleições sistemáticas para o Executivo e o Legislativo (federal, estadual e municipal); enfim, em que realizou o que se chama “aprendizado da política” eleitoral, em novos e mais amplos marcos. [...]

Todas [as eleições desse período] evidenciaram um bom grau de correção e competitividade, o que em grande parte se atribui à existência e ao funcionamento da Justiça Eleitoral, além do aperfeiçoamento da legislação eleitoral existente.

Evidentemente e ainda mais uma vez, não se quer dizer com isso que inexistissem fraudes, violência, clientelismo etc. Porém, tais eventos não chegaram a alterar significativamente quaisquer resultados eleitorais, o que é compatível com dinâmicas políticas como a de eleições. De toda forma, no Brasil de 1946-64, estabeleceu-se um sistema multipartidário de âmbito nacional, atuando em condições de sufrágio universal e eleições competitivas, com efetiva alternância de poder.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República populista à Terceira República. In: SOHNET Rachel et al. *Mitos, projetos e práticas políticas. Memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 38 e 41.

• Destaque os argumentos utilizados pela autora para definir o regime político de 1945-1964 como democrático, apesar das limitações existentes.

Fonte: Vainfas et al, 2017, p. 208.

Imagem 8 – Investigando o documento.

INVESTIGANDO O DOCUMENTO

Em defesa da reforma agrária

No comício de 13 de março de 1964, o presidente João Goulart fez um discurso defendendo as reformas de base. Em certo momento ele explicou por que era necessário realizar a reforma agrária no Brasil.

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui no Brasil, constitui a legenda mais viva da reivindicação do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver. [...]

Assim, a reforma agrária é indispensável não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano. Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo. Como garantir o direito de propriedade autêntico, quando dos 15 milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários? O que estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma agrária, não é diferente, pois, do que se fez em todos os países desenvolvidos do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar e que haveremos de conquistar.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964. p. 3.

• Em grupos, debatam os argumentos utilizados pelo presidente João Goulart em defesa da reforma agrária.

Fonte: Vainfas et al, 2017, p. 215.

Imagem 9 - Roteiro de estudos

Roteiro de Estudos

Para organizar

1. O que motivou o surgimento do movimento quere-mista?
2. Comente a atuação do PCB no governo Dutra, antes e depois de o partido ser declarado ilegal.
3. Em 1945, surgiram vários partidos políticos, com destaque para três deles: PTB, PSD e UDN. Avalie o programa político de cada partido, ressaltando as diferenças entre eles.
4. Analise a crise política de agosto de 1954 e as repercussões da morte de Getúlio Vargas no Brasil.
5. Avalie o crescimento econômico brasileiro durante o governo.
6. Explique por que a renúncia de Jânio Quadros à presidência resultou em grave crise política no Brasil.
7. Quais foram as principais dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelo governo Goulart?
8. Analise o golpe civil-militar que depôs João Goulart da presidência.

Fonte: Vainfas et al, 2017, p.217.

No que se refere ao conteúdo examinado em tal material didático, notamos uma interessante análise do governo João Goulart no sentido de estabelecer uma referência aos principais acontecimentos daquele período. Sabemos que não dá para se ter uma reflexão aprofundada do tema aos moldes da academia, o que tornaria inviável a produção de um manual didático para a Educação Básica.

No entanto, dentro dos limites estabelecidos pelo padrão do livro, os autores trazem fundamentais questões como a crise em torno da posse de João Goulart através da campanha da legalidade encapada pelo então governador do Rio Grande do Sul,

Leonel Brizola; a solução parlamentarista de 2 de dezembro de 1961; o plebiscito presidencialista de 6 de janeiro de 1963; a agenda reformista de Jango; o Plano Trienal na economia; a radicalização política tanto na direita quanto na esquerda; e o estopim da crise que foi o rompimento democrático em 31 de março de 1964.

O livro também traz informações adicionais relativas ao tema, assim como a análise de documentos e sugestões pedagógicas como a exibição de filmes e documentários. Além disso, a coleção discute importantes conceitos históricos, como é no caso do “nacional-desenvolvimentismo”:

Nacional-desenvolvimentismo é uma expressão que traduz um projeto para o país: o desenvolvimento nacional. O projeto implica a necessidade do Estado atuar no planejamento econômico e no financiamento da produção; incentivar a industrialização por meio da substituição das importações; diversificar e modernizar a produção agrícola; e reorientar a produção, visando formar um mercado interno de consumidores. (SARAIVA, p. 217, 2017)

A Escola Modelo Benedito Leite, localizada na Rua Santo Antônio, centro de São Luís, adota material didático atualizado com o PNLD 2018 a 2020. Produzido pela Editora Moderna, de autoria de Patrícia Ramos Braick³¹ e Myriam Becho Mota³², o livro “*História das cavernas ao terceiro milênio*” foi elaborado no ano de 2016 e traz uma organização menos detalhada que o material analisado anteriormente.



Imagem 10 - Escola Modelo (Fonte: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/educacao/com-117-anos-escola-modelo-e-reinaugurada-apos-primeira-grande-reforma-de-sua-historia>).

³¹ Mestre em História (área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Ensino Médio em Belo Horizonte, MG.

³² Licenciada em História pela Faculdade de Humanas de Itabira, MG. Mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University, EUA. Professora do Ensino Médio e Superior em Itabira, MG.



- Imagem 11 - Capa do livro “História das cavernas ao terceiro milênio” da Editoria Moderna.

- Fonte BRAICK; MOTA, 2016

O livro para terceiro ano, nosso foco de análise, está organizado em 12 capítulos, sendo que a abertura de cada capítulo contém imagens, textos e questões relacionadas ao tema específico. Têm-se ainda seções (Você vai gostar de ler-assistir-navegar; glossário; boxes complementares; trabalhando com fontes; textos complementares; aprenda mais; e decifrando o ENEM). No final de cada capítulo existe uma quantidade razoável de atividades, como também de exercícios do ENEM.

Imagem 12 - Capa do capítulo “Governos populistas na América Latina”.



Fonte: BRAICK; MOTA, 2016, p. 148.

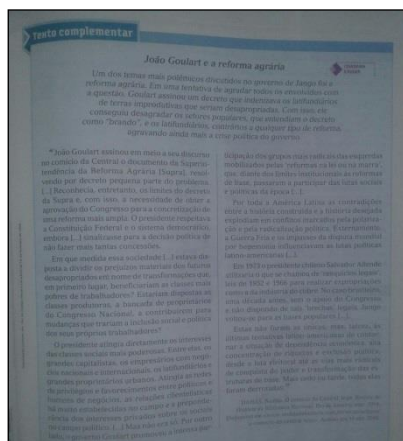
No capítulo 9, parte do material didático que está inserido o conteúdo referente ao governo João Goulart, é intitulado “Governos populistas na América Latina”,

ressalta-se a presença de uma importante discussão teórica sobre o populismo e a política de massas. Nesta parte se aborda a origem do conceito de “populismo”, tendo como expoente historiográfico Francisco Weffort, mas também se atualiza no debate ao destacar a categoria “política de massas”, caracterizada pela relação entre Estado e sociedade civil, apresentando como principais representantes dessa corrente os políticos Getúlio Vargas e João Goulart. Os autores do livro apontam como principais características destes governos:

Com um discurso fortemente nacionalista, os governos populistas caracterizam-se pela criação ou ampliação das leis trabalhistas com mais garantias e direitos. No entanto, a nova legislação atrelava as organizações de trabalhadores ao Estado, forçando-os a retribuir com apoio político os benefícios que recebiam. (BRAICK; MOTA, 2016, p. 149).

Tal material destina um espaço consideravelmente menor que o livro escolar anterior no que se refere ao governo de João Goulart. O conteúdo disponibiliza apenas três páginas de informações sobre o tema, sendo que a última delas é uma seção de texto complementar, que serve de suporte teórico para a discussão em sala de aula com os alunos.

Imagem 13 - Seção “Texto complementar”



Fonte: BRAICK; MOTA, 2016, p. 161.

Tratando-se diretamente do conteúdo referente ao governo de Jango, o livro enfatiza inicialmente sua trajetória como líder trabalhista e posteriormente pontua aspectos relacionados ao seu mandato como presidente, com destaque para a polêmica posse, a crise institucional, política e econômica que permeou sua gestão e ofensiva que o destituiu do poder em 1964, como podemos notar abaixo:

As propostas de reforma agrária apresentadas pelos setores de esquerda assustaram os grandes proprietários de terra. Outros projetos acentuaram a desconfiança das elites empresariais, burocráticas e militares, que passaram a tramar um golpe contra o presidente. Os opositores de Jango viam com apreensão as propostas do governo, temendo as consequências das reformas, se implementadas (BRAICK; MOTA, p.160, 2016).

Como bibliografia sobre o tema, o material didático traz autores de longa carreira acadêmica como Daniel Aarão Reis Filho, Maria Celina D'Araújo, Octávio Ianni, Rodrigo Patto Sá Motta. Além do mais, o livro disponibiliza uma rica bibliografia sobre os temas abordados na coleção, mas também sobre metodologia e ensino de História.

Durante os anos de 1990, surgiu como grande novidade, a partir da obra "*A memória militar sobre*"..., organizada por Maria Celina D'Araújo e Gláucio Dillon Soares, dividida em três volumes (O golpe, A repressão, A abertura), a figura da "utopia autoritária". Esta pesquisa se destacava pelo fato de dar voz aos atores golpistas, até então secundarizados pela memória histórica hegemônica de resistência à Ditadura.

A ideia construída era a de que o Golpe e a Ditadura teriam sido reativos ao sistema política anterior, levando em consideração o papel das Forças Armadas de reserva moral do país, tendo como missão histórica dar fim ao ambiente conflituoso nascido da corrupção e da venalidade dos civis, sem é claro deixar de combater o comunismo.

A conclusão que podemos tirar desta análise é o fato dela endossar o discurso daqueles que procuram relacionar o regime autoritário ao "radicalismo" da resistência e à ação da "linha dura", que transformou a particularidade do Golpe, perpetrado em nome da "democracia" e da "constituição".

Além dessas explicações, temos também interpretações voltadas para as grandes estruturas que compreendem o Golpe enquanto consequência do colapso do regime tradicionalmente conhecido com Populismo. Seus principais representantes são Octávio Ianni, Guilherme O'Donnel e Fernando Henrique Cardoso. Eles defendiam, respectivamente, que o Golpe resultou da crise do modelo agroexportador e os modelos de desenvolvimento nacionalista em aliança com as empresas estrangeiras; a aproximação entre industrialização e autoritarismo; e a necessidade de regimes autoritários para gerir esse processo de acumulação de capital.

. Para Reis Filho, existe uma superestimação da atuação do IPES. Isto posto, fica mais que compreensível que na concepção do autor de “*O colapso do populismo*”, a direita se apresenta como uma mera força de reação perante o radicalismo das esquerdas, acusando-as estas de terem uma leitura apenas instrumental do regime democrático.

Nos estudos de Reis Filho sobra até para o moderado Partido Comunista Brasileiro (PCB), como é sabido pela historiografia, adotou uma postura bastante branda durante o golpe. Para ele, o maior partido de esquerda do país até então em nenhum momento abriu mão de seu programa de embate "agressivo e de revolução".

Encerrando nossa fase de análise dos principais materiais didáticos de História voltados para o terceiro ano do Ensino Médio das principais escolas da rede estadual de ensino, temos o livro “*Conexões com a História*”, também produzido pela Editora Moderna e de autoria de Alexandre Alves³³ e Letícia Fagundes de Oliveira³⁴. Este manual é adotado no Centro de Ensino João Francisco Lisboa (CEJOL), escola conhecida anteriormente por Centro de Ensino Governador Edison Lobão (CEGEL).

A edição examinada é de 2016, ou seja, de um ano antes da versão da mesma editora adotada pelo Colégio Liceu Maranhense. No entanto, a disposição das seções é semelhante (Infográficos, controvérsias, analisar um documento histórico, questões contemporâneas, explorando outras fontes, doc, conceitos históricos), como podemos notar nas imagens abaixo:



- Imagem 14 – Capa do livro.
- Fonte: ALVES; OLIVEIRA, 2016



Imagem 15: Centro de Ensino João Francisco Lisboa (CEJOL)
Fonte: <https://pt.foursquare.com/v/cejol--centro-de-ensino-jo%C3%A3o-francisco-lisboa/4f1edc39e4b0454d62b14c76/photos>.

³³ Mestre e doutor em Ciências (área: História Econômica) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professor de História no Ensino Superior.

³⁴ Mestre em Ciências (Área: História Social)

Imagem 16 – Capítulo 9: Do populismo às ditaduras militares.



Fonte: ALVES; OLIVEIRA, 2016, p.163.

Imagem 17 – O peronismo do casal Kirchner.



Fonte: ALVES; OLIVEIRA, 2016, p.180.

Na bibliografia sobre o tema se tem autores clássicos como, Maria Helena Capelato, Tania Regina de Luca, Virgínia Fontes, Nelson Werneck Sodré e Francisco Weffort.

Nelson Werneck Sodré, historiador e militar brasileiro, também trouxe importantes contribuições dentro do campo marxista, mas também trazendo a percepção de um militar de formação. Para o autor, a medida que João Goulart acenava para o

alargamento da democracia no Brasil, a partir das reformas de base, o grupo de conspiradores passou a ganhar numerosos adeptos de todas as classes.

O fantasma do comunismo, as acusações de corrupção e inabilidade administrativa de João Goulart, a radicalização dos trabalhadores, segundo o pesquisador, foram argumentos utilizados para justificar a tomada do estado pelas classes dominantes. Prova disso é a análise feita sobre o pós 31 de março de 1964

O radicalismo pós golpe de 1964 foi bem maior do que o radicalismo do processo político brasileiro anterior ao 31 de março. Os expurgos, prisões e torturas foram mais agressivos que os discursos, agitações, comícios e outras demonstrações anteriores ao golpe vitorioso. (WERNECK SODRÉ, 2010, p.467)

Chamando esses segmentos conservadores brasileiros de "componentes do atraso", Werneck Sodré afirma que as reformas trariam mudanças significativas a estrutura brasileira, e que esses baluartes do atraso procuraram de todas as formas evitar o avanço da consciência nacional a respeito das reformas.

O processo de privatização, iniciado ainda no governo do ditador João Batista Figueiredo, a presença de membros da Escola Superior de Guerra no processo de condução política para a democracia são mais do que provas de existência de importância em qualificar os quem são estes "civis" gestores do rompimento do sistema democrático e gestores de uma redemocratização tutelada. Banqueiros, ruralistas, industriais, grandes conglomerados das comunicações que participaram da elaboração de um projeto político-ideológico conduziram o país, dentro do que se chama de insurreição contrarrevolucionária dos setores dominantes da sociedade brasileira.

No bojo desta análise temos a expansão do capital-imperialismo³⁵ no Brasil a partir da primeira metade do século XX. Naquele momento presenciava-se a mudança da fração de classe dirigente dentro das classes dominantes brasileiras. As grandes oligarquias do nordeste estavam perdendo espaço para os industriais do centro-sul, em especial do estado de São Paulo.

Em virtude da intensa politização dos setores subalternos da sociedade brasileira já nas décadas de 1950 e 1960 a intensificação de expropriações primárias e

³⁵ A noção de *capital-imperialismo* adotada pela historiadora brasileira Virgínia Fontes busca evidenciar um salto de qualidade do imperialismo. Ao dialogar com o conceito de *imperialismo* formulado por Lênin, em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, Virgínia Fontes destaca que a partir dos anos 1990 passou a existir uma remodelagem do sistema capitalista, levando em consideração o seu caráter financeiro. A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital.

secundárias, e a enorme concentração de capitais eram elementos necessários para o sucesso do capital-imperialismo no Brasil. Portanto, para Virginia Fontes (2010), as tensões entre as classes dominantes fomentaram mecanismos de impulsão da exploração capitalista.

A unidade do livro que trata do governo João Goulart é a terceira, intitulada “A Guerra Fria e o conflito de ideologias”, na qual está inscrito o tópico “Os antecedentes do golpe”, que trata dos presidentes Jânio Quadros e Jango. De todos os materiais analisados até então referente ao período do líder trabalhista na presidência do país, sem sobra de dúvidas esse é o que trata o assunto de forma mais resumida, destinando apenas duas páginas para tal, sendo que uma delas é destinada ao conteúdo em si, e outra é uma seção que discute o conceito de populismo, como demonstra a imagem a seguir:

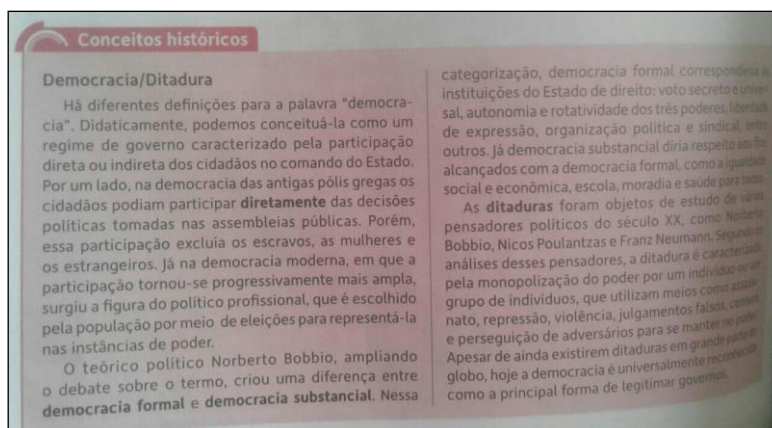
Imagem 18 – O conceito de populismo.



Fonte: ALVES; OLIVEIRA, 2016, p.171.

Os acontecimentos marcantes daquele período são retratados de maneira bem sintetizada, o que acaba por tirar o caráter de aprofundamento teórico e historiográfico que este tipo de manual didático pode proporcionar a alunos e professores, como o tratamento conferido aos conceitos históricos.

Imagem 19 – Democracia e Ditadura.



Fonte: ALVES; OLIVEIRA, 2016, p.172.

Outra questão de notável urgência em se refletir sobre tal livro é a classificação do golpe de 1964 como “militar”, como se nota abaixo:

Em 31 de março de 1964, tropas do Exército sediadas em Minas Gerais começaram a se deslocar para o Rio de Janeiro e receberam apoio de outras guarnições. O **golpe militar**³⁶ começou e poucos ousaram resistir. Na madrugada do dia 2 de Abril, o Congresso empossou Ranieri Mazzilli como presidente provisório. (BRAICK; MOTA, 2016, pg. 170).

Diferente dos outros materiais que já trazem um avanço no debate sobre a questão, enfatizando o caráter “civil-militar”, o material em questão caracteriza o movimento que destituiu Goulart como “golpe militar” sem qualquer tipo de problematização ou de aproximação com o debate presente na historiografia. Esta problemática é urgente uma vez que a historiografia atual sobre o tema já evoluiu no sentido de creditar não somente aos militares o protagonismo do rompimento democrático, mas também da ditadura.

Estas reflexões sobre os livros didáticos adotados nas principais escolas da rede estadual do Maranhão, levando em consideração os manuais de terceiro do Ensino Médio, estágio em que se pode abordar de forma um pouco mais aprofundada não só o conteúdo em si, mas os conceitos históricos que são muito importantes para a elaboração de uma proposta pedagógica para o ensino do governo João Goulart na Educação Básica.

Cabe destacar, por mais que ainda tenham lacunas em tais livros didáticos, que houve um claro avanço não só teórico, mas também metodológico no tema Porém, fica

³⁶ Grifo dos próprios autores do livro.

claro o tema do governo João Goulart ainda ocupa um espaço muito secundário no que se refere aos estudos da história do Brasil contemporâneo. É no caminho da superação dessa problemática que objetivamos elaborar uma proposta pedagógica que concilie aspectos teóricos e metodológicos.

Portanto, trazer novas ferramentas para o ensino de História que não apenas superem, mas auxiliem o livro didático no propósito de problematizar de maneira mais rica os temas históricos, é um desejo nosso, tendo em vista que na maioria das escolas não só da rede pública, como também no ensino privado o livro se constitui ferramenta solitária de manuseio por parte de alunos e professores.

Construir novas maneiras de se ensinar a história é tornar o processo de ensino-aprendizagem mais enriquecedor no sentido de disponibilizar para o estudante o amplo leque de alternativas para se obter o conhecimento histórico, fomentando sua consciência histórica e propiciando não só a formação de um profissional para o mundo do trabalho, como também para o exercício da cidadania principalmente no que se refere ao entendimento desse discente como um sujeito histórico capaz de transformar a sua realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa proposta pedagógica se propôs a contribuir com os estudos referentes à História Contemporânea do Brasil, especialmente se tratando do governo João Goulart, período tão secundarizado por parte das análises acadêmicas, mas também apresentado de forma muito discreta nos livros didáticos utilizados nas escolas do país. Neste sentido, tal trabalho apresentou objetivos importantes para a reflexão do tema.

Num primeiro momento pudemos analisar o contexto histórico no qual poderíamos localizar o governo João Goulart. A experiência nacional-estatista, classificadas por alguns especialistas como populismo ou trabalhismo, representou uma momento ímpar para a História do Brasil. Os anos de 1930 marcaram o processo de transição em país tradicionalmente agrário-exportador e que com o decorrer do século XX foi se tornando urbano-industrial.

Essa transformação marca também uma significativa mudança nas relações entre Estado e Sociedade Civil. Os novos tempos trouxeram a necessidade e luta por mais participação política da população e isso se constituiu uma demanda em todos os setores sociais. Conseqüentemente, buscou-se estabelecer concessões diversas às classes trabalhadoras, modificando a dinâmica político-partidária e social do país.

Paralela a essa preocupação, tivemos a necessidade de examinar a historiografia sobre o governo João Goulart no intuito de promover uma revisão da literatura sobre o tema. Pôde-se perceber um avanço teórico e metodológico no que se refere aos estudos do período, e essa mudança é notada nos diversos trabalhos localizados em áreas afins como a História, Ciência Política e até no Jornalismo. Este é um indicativo da grande relevância histórica atribuída ao presidente Jango.

No intento de enriquecer nosso produto, foi indispensável promover uma reflexão sobre o contexto histórico do Maranhão durante o período populista e isto se deve ao fato de que não podemos pensar numa análise dos jornais maranhenses sem inseri-los numa dinâmica histórica muito importante para a história do nosso Estado. Conseqüência desse esforço foi identificar a relação muito estreita entre os gestores dos jornais e a classe política local, algo muito presente no Maranhão e no restante do Brasil.

Superada essa fase, concentraram-se esforços no sentido de examinar os livros didáticos como importantes ferramentas pedagógicas. Como fruto dessa questão, nota-se que nos dias atuais em muitas escolas do país, sejam nas redes públicas e privadas de ensino, o manual didático existe como único capital cultural disponível para o estudante da educação Básica. E foi no sentido de contribuir para a solução dessa questão que trabalhamos nossa proposta

pedagógica. Sendo assim, sugerimos a utilização dos jornais como recurso de auxílio ao estudo do governo João Goulart, ajudando professores e alunos no sentido de ampliarem os recursos didáticos sobre o tema.

Deste modo, concluímos que os jornais são importantes recursos didáticos a serem aplicados nas escolas, não se limitando apenas ao estudo da História, mas também em relação a outras áreas de conhecimento. Tratando-se especificamente do nosso campo de conhecimento e do recorte temporal por nós atribuídos, a mídia impressa é alternativa muito rica para o Ensino de História.

As principais contribuições que os jornais deixam para o processo de ensino-aprendizagem é justamente estimular a capacidade de leitura e escrita, promover o desenvolvimento do senso crítico por parte do aluno, contribuir para que esse estudante tenha uma leitura da sua realidade social se compreendendo como um sujeito histórico capaz de modificar não somente a sua vida, mas também a de outras pessoas e conseqüentemente da sociedade em que vive.

REFERÊNCIAS

Documentos.

Jornal do Dia (Arquivo 05. Prateleiras 102 a 122): Biblioteca Pública Benedito Leite.

Jornal Pequeno (Arquivo 05. Prateleiras 407-427). Biblioteca Pública Benedito Leite.

O Imparcial (Arquivo 05. Prateleiras 510-522): Biblioteca Pública Benedito Leite.

Legislação.

LDB nacional [recurso eletrônico] : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** – 11. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 159).

Livros didáticos.

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes. **Conexões com a História.** – 3 ed. – São Paulo: Moderna, 2016.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Brecho. **História: das cavernas ao terceiro milênio** – 4 ed. – São Paulo: Moderna, 2016.

VAINFAS, Ronaldo. (et al). **História Ensino Médio.** 3. Ed – São Paulo: Saraiva, 2017.

Bibliografia.

ANHUSSI, Elaine Cristina. **O uso do jornal em sala de aula: sua importância e concepções de professores** / Elaine Cristina Anhussi. - Presidente Prudente: [s.n], 2009.

CAPELATO, Maria Helena. MOTA, Carlos Guilherme. **O bravo matutino.** São Paulo, 1981.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa alternativa. Jornalismo de oposição e inovação.** São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Rosa Lyda Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos Cedes**, ano XX, no 52, novembro/2000.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney.** São Luís: Edufma, 2006.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. **Visões do Golpe. A memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. in PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan; JÚNIOR, Caio Prado. 4. Edição. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. Expressão Popular, São Paulo: 2005.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou Reformas. Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONTES, Virgínia Fontes. **Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História**. Rio de Janeiro: Fiocruz e UFRJ, 2010.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IANNI, OCTÁVIO. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

LEMOS, Renato . **Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964**. Marx e o marxismo, v. 2, p. 111-138, 2014.

LUTZ, Cleyton Pereira. **O jornal impresso na educação: usos e perspectivas**. Campinas: Unicamp HISTEDBR, 2013.

MELO, Demian Bezzera de. Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online)**, v. 27, p. 39-53, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

O'DONNELL, Guillermo. **Tensões no Estado autoritário-burocrático e a questão da democracia**. In COLLIER, David. O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PERRENOUD, Philippe. (org). **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação** - Porto Alegre: Artmed editora, 2002.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **O que e como ensinar: pro uma história prazerosa e consequente**. In: KARNAL, Leandro (Org). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 3.ed – São Paulo: Contexto, 2005.

REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.

ROCHA, Célia A. **O livro didático como fonte documental de pesquisa para a investigação do discurso eugênico na educação (1946-1961)**. VI ANPED SUL – Seminário de Pesquisa da Região Sul. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria.

RODRIGUES, Márcio de Oliveira ; VOSGERAU, D. S. A. R. . **O jornal na sala de aula: um recurso didático potencializador dos temas transversais para ensino fundamental e médio**. In: VI ANPED-SUL – Seminário de Pesquisa da Região Sul, 2006, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006. v. 1. p. 1-8.

SALLES, André Mendes. O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional. **Revista Semina V10** - 2º semestre/2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise política brasileira**. Rio de Janeiro: UFMG; Iuperj, 2003.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007**.--- São Luís: edições SECMA, 2007.

SILVA, Marco Antonio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33 - 2010

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil**. Editora Expressão popular, São Paulo, 2010.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VILLA, Marco Antonio. Ditadura à brasileira 1964-1985: **A democracia golpeada à esquerda e à direita.** São Paulo, 2014.

_____. Jango, um perfil. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004.

WEFFORT. Francisco. Os jornais são partidos. **Lua Nova: Revista de cultura de política** jul.-set. 1984.